



RELATÓRIO E CONTAS
2019



h w



ÍNDICE

Mensagem do Presidente	7
Relatório de gestão	11
1. Enquadramento macroeconómico	13
1.1. Economia mundial	13
1.2. Economia Portuguesa	14
1.3. Sistema Bancário	14
2. O SNQTB	17
2.1. Contexto setorial	18
2.2. Estrutura funcional	20
2.3. Missão, valores e cultura	22
2.4. Política de qualidade	23
2.5. Responsabilidade social	24
3. Áreas relacionadas e de suporte	25
3.1. Departamento de Recursos Humanos	25
3.1.1 Evolução do efetivo	25
3.1.2 Política salarial	26
3.1.3 Formação	26
3.1.4 Seguro de saúde	27
3.2. Departamento Executivo de Operações	27
3.3. Departamento de Termos de Responsabilidade e Pré-Autorizações (DTRSQ)	28
3.4. Departamento de Reembolsos	29
3.5. Departamento de Faturação	29
3.6. Departamento Jurídico e de Contencioso Laboral	30
3.6.1 Apoio jurídico aos sócios	30
3.6.2 Questões jurídico-laborais gerais	31
3.6.3 Negociação coletiva	31
3.6.4 Contribuição para políticas públicas	31
3.6.5 Fundos de Pensões	32
3.6.6 Iniciativas junto de órgãos oficiais e órgãos de soberania	32
3.7. Departamento de REI, Acordos e Orçamentos	32



3.8. Departamento de Instalações, Aprovisionamento e Comunicações	33
3.9. Departamento de Sistemas de Informação	34
4. Anexo	37
5. Proposta de aplicação de resultados	41
Notas às contas	43
Balanço	45
Demonstração de resultados	46
Demonstração das alterações nos fundos próprios	47
Demonstração de fluxos de caixa	48
1. Identificação da entidade	49
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	49
3. Principais políticas contabilísticas	49
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	56
5. Ativos fixos tangíveis	57
6. Propriedades de investimento	58
7. Ativos intangíveis	59
8. Investimentos financeiros	60
9. Clientes	63
10. Estado e outros entes públicos	64
11. Fundadores /beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	65
12. Outros créditos a receber	66
13. Diferimentos	67
14. Ativos financeiros detidos para negociação	68
15. Caixa e depósitos bancários	70
16. Fundos patrimoniais	71
17. Fornecedores	71
18. Financiamentos obtidos	72
19. Outras dívidas a pagar	72
20. Contribuições e quotizações	74
21. Atividade sindical	75
22. Fornecimentos e serviços externos	76
23. Gastos com o pessoal	77



24. Imparidades	78
25. Aumentos/reduções de justo valor	78
26. Rendimentos/gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	79
27. Outros rendimentos e ganhos	79
28. Outros gastos e perdas	80
29. Gastos/reversões de depreciação e de amortização	81
30. Juros e rendimentos similares obtidos	81
31. Juros e gastos similares	82
32. Eventos subsequentes	82
33. Garantias e processos judiciais	82



Handwritten signature in blue ink.



MENSAGEM DO PRESIDENTE



Quero começar por saudar todos os sócios e beneficiários, neste primeiro Relatório de Gestão e de Contas do SNQTB e do SAMS Quadros, após as eleições de outubro de 2019.

Indubitavelmente, o ano de 2019 ficou marcado por mais um ato eleitoral. Os sócios falaram através do seu voto e fizeram ouvir bem alto a sua voz. Uma votação que, dada a sua expressão (mais de 6500 votantes, algo sem precedente no passado), ficará na nossa história.

O SNQTB saiu do processo eleitoral fortalecido e com a casa arrumada. Assim, com o Rumo Certo, estamos a iniciar Uma Nova Etapa da nossa vida.

O ano de 2019 foi um período importante e rico igualmente por outros motivos:

- na área sindical, desenvolvemos atividade intensa através da REPER-IRCT, organizámos a grande manifestação no Taguspark, realizámos mais de 40 plenários sindicais, aumentámos a nossa intensidade e a cobertura jurídica e laboral, reforçámos as nossas comissões sindicais nos principais bancos, renovámos as competências das delegações, e consolidámos uma aliança estratégica com outros dois sindicatos do setor;
- na área da Cultura, Recreio, Desporto e Turismo (ANIMA), envolvemos milhares de sócios e beneficiários em centenas de atividades;
- na área da solidariedade, através da Fundação Social Bancária, aumentámos o número de bolsas de estudo concedidas aos filhos dos sócios e beneficiários, bem como reforçámos os apoios sociais aos sócios que mais precisam da nossa solidariedade;



- na área de representação perante organizações políticas e sociais relevantes, integrámos o CES dos Açores, o CES e a Comissão Permanente de Concertação Social da Madeira, com as respetivas vice-presidências, e assumimos uma das vice-presidências da FECEC – Federação Europeia dos Quadros das Instituições de Crédito e Financeiras.

A área da saúde, porém, merece um destaque particular nesta mensagem. Vários desenvolvimentos e forças externas causaram em 2019, e continuarão a causar em 2020 e anos subsequentes, duros constrangimentos a um subsistema de cariz mutualista como é o nosso SAMS Quadros.

A crescente concentração da prestação de cuidados de saúde em pouco mais de meia dúzia de grandes operadores e a sua continuada expansão geográfica estão a desequilibrar gravemente a relação negocial com os subsistemas, como o nosso, mas também com os outros.

Acresce que a pressão mediática que tem vindo a dar eco contínuo de toda e qualquer incapacidade do Sistema Nacional de Saúde (SNS) tem gerado pressão adicional sobre os subsistemas de saúde que lhe são, por natureza, complementares, e não substitutivos.

Tudo isto tem obrigado os subsistemas a procurar novas soluções para ganhar escala, com o intuito de minorar o efeito de tenaz com que o mercado da saúde privada está a envolver os subsistemas.

A par destas forças e desenvolvimentos externos, o prolongamento da esperança de vida tem vindo a ocorrer com recurso a terapêuticas cada vez mais onerosas, fazendo com que, em todos os países da OCDE, os sistemas de saúde e os subsistemas estejam sob acrescida pressão, com os custos a subirem, em cenário invariante – de política de benefícios, comparticipações e reembolsos – entre 5% a 6% ao ano.

A tudo isto acresce que os aumentos de vencimentos e de pensões na banca, referencial para as dotações das entidades patronais e dos bancários para os SAMS, têm sido muito abaixo do acréscimo supracitado de custos.

Impõe-se, por tudo isto, um renovado esforço de racionalização, informação, educação para a literacia em saúde, uma mudança de hábitos e um envolvimento dos sócios. Tal é fundamental para que o SAMS Quadros possa continuar na liderança, em termos de qualidade, generosidade e solidariedade, entre os subsistemas de saúde.

Assim, como é o seu dever e obrigação, em nome da sustentabilidade do SAMS Quadros, os órgãos executivos do SNQTB procederam à revisão do Regulamento e das tabelas, mantendo a liberdade de escolha, mas criando incentivos adicionais à racionalização de consumos e privilegiando opções que favorecem o interesse comum.

A pandemia gerada pela Covid-19 introduziu incerteza, imprevisibilidade e muito provavelmente abriu a porta, de novo, a dias difíceis. Os próximos tempos irão exigir coragem e determinação. Todavia, com o inequívoco voto de confiança que foi conferido aos órgãos sociais para o próximo quadriénio, temos um Rumo Certo, nesta Nova Etapa.

Primeiro, trabalhar para estar mais próximos dos sócios e beneficiários, bem como para consolidar a nossa liderança sindical. Segundo, dar continuidade ao aprofundamento e melhoramento do modelo de governação. Terceiro, proporcionar cuidados de saúde que se

A handwritten signature in blue ink, consisting of stylized, overlapping loops and lines.



destacam pela sua qualidade, generosidade e solidariedade. Por último, mas não em último, aprofundar os nossos mecanismos de resposta em termos de responsabilidade social.

Neste caminho de liderança e de sustentabilidade que o SNQTB tem percorrido, e quer continuar a percorrer, seria injusto e ingrato se não destacasse o apoio e o carinho que temos recebido dos sócios e beneficiários, dos nossos colaboradores, das nossas comissões sindicais e das nossas equipas nas delegações.

Com todos, o caminho fica mais fácil!

Paulo Gonçalves Marcos

março de 2020



Handwritten initials in blue and purple ink.



RELATÓRIO DE GESTÃO

P M



[Handwritten signature]



1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

1.1 Economia mundial

O ano de 2019 ficou marcado por um conjunto de acontecimentos relevantes dos quais se destacam a tensão comercial entre os Estados Unidos e a China, a aproximação do momento de definição em relação ao Brexit, a crise política em Itália, os ataques a plataformas de petróleo na Arábia Saudita e o conflito com o Irão. Os acontecimentos descritos tiveram como consequência o aumento da incerteza a nível mundial e consequente redução do investimento à escala global.

De acordo com a última revisão efetuada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) o crescimento económico em 2019 deverá situar-se nos 2,9% (3,6% em 2018). O crescimento mundial para 2019 deverá assim ser o mais baixo da última década. Para 2020, o FMI prevê uma aceleração do crescimento económico na ordem dos 3,3% potenciada por um maior crescimento nos países emergentes, cuja taxa de crescimento prevista será de 4,6% em 2020 (3,9% em 2019). Nos países mais desenvolvidos a previsão é de que o crescimento económico se situe nos 1,7%.

Os fatores apontados pelo FMI para a desaceleração do crescimento económico a nível mundial em 2019 são os seguintes:

- aumento das barreiras e restrições ao comércio internacional;
- aumento da incerteza derivada das perspetivas para o comércio e de fatores geopolíticos;
- fatores idiossincráticos que têm influenciado as condições macroeconómicas em alguns países emergentes; e,
- fatores estruturais e demográficos nomeadamente o baixo crescimento da produtividade e o envelhecimento da população em particular nos países desenvolvidos.

A estimativa de crescimento do PIB para a economia americana reflete uma desaceleração da economia de 2,3% em 2018 para 1,9% em 2019. No caso da Zona Euro, estima-se um abrandamento do crescimento da economia de 1,9% em 2018 para 1,2% em 2019. Em 2019 o crescimento económico na China deverá ter registado uma desaceleração para 6,1%, contra 6,8% em 2018, consubstanciando-se no menor crescimento dos últimos 29 anos devido aos impactos da tensão comercial com os Estados Unidos.

Para 2020, o FMI prevê um crescimento para a economia dos Estados Unidos de 2,0% devido à perspetiva do presidente Donald Trump dar sequência a uma política fiscal demasiado neutra. O FMI espera também que o PIB na zona euro cresça 1,3% em 2020. O crescimento na zona euro mantém-se limitado por uma fraca produtividade, por fatores demográficos adversos e, em alguns países, por uma excessiva dívida pública e privada. A economia chinesa deverá crescer 5,8% em 2020.

Segundo o FMI, a economia mundial deverá mostrar alguns sinais de estabilização e de uma retoma lenta no próximo ano. A contribuir para esta perspetiva está o facto de os Estados Unidos e a China terem celebrado um acordo comercial entre ambos e também o enfraquecimento dos problemas internos nos mercados emergentes.



1.2 Economia Portuguesa

Em 2019 o crescimento da atividade económica manteve a tendência de abrandamento iniciada em meados de 2017. O PIB cresceu cerca de 2,0% que compara com um crescimento de 2,4% em 2018. Esta desaceleração do crescimento reflete principalmente o menor crescimento das exportações e do consumo privado e público, em relação ao ano anterior. Contudo, o abrandamento do crescimento económico em Portugal foi mais contido do que o abrandamento verificado no conjunto da área do euro para o qual contribuiu a desaceleração do PIB em Itália e Alemanha.

As exportações, que foram a componente que mais contribuiu para a recuperação da economia portuguesa iniciada em 2013, deverão registar um crescimento de cerca de 3,6% em 2019, embora este crescimento tenha desacelerado face ao ano anterior (5,1%), influenciado pela diminuição das exportações de bens para o Reino Unido na sequência do Brexit. Face a 2018, verificou-se um abrandamento do consumo privado tendo a procura interna dado um menor contributo para o PIB. O abrandamento do consumo privado ficou a dever-se sobretudo à menor aquisição de veículos automóveis (diminuição de 2% em 2019).

No que respeita ao mercado de trabalho, continuou a verificar-se uma tendência de melhoria com a taxa de desemprego a reduzir-se para 6,4% (6,6% em 2018), embora a um ritmo progressivamente menor face aos anos anteriores.

A dívida pública ascendeu a 251.012 milhões de euros no final de 2019, o que representa um crescimento de 2%. No entanto, o custo da dívida emitida por Portugal em 2019 foi de apenas 1,1% o que corresponde a um mínimo histórico. Os estímulos externos favoráveis dos mercados financeiros, e em particular os estímulos monetários do Banco Central Europeu (BCE) são apontados como a principal razão.

1.3 Sistema Bancário

O sistema bancário português continuou, durante o ano de 2019, a consolidar a sua evolução favorável que tem vindo a ser observada nos últimos anos. De um modo geral, prosseguiu-se a redução das vulnerabilidades do sistema bancário português, em particular, face à situação que antecedeu a crise económica e financeira internacional, aumentando a sua resiliência a choques adversos.

O ano de 2019 caracterizou-se por um crescimento económico superior ao esperado e por uma redução das taxas de juro, as quais se encontram a um nível bastante reduzido num espectro alargado de maturidades.

No que ao sistema bancário português diz respeito, a rentabilidade prosseguiu uma trajetória de crescimento para a qual contribuíram fatores de natureza estrutural nomeadamente a promoção de eficiência do setor e fatores de natureza conjuntural, em particular a redução do custo com provisões e imparidades. A redução de empréstimos non-performing (NPL) prosseguiu a um ritmo significativo em linha com as orientações e planos submetidos aos supervisores e postos em prática pelas entidades bancárias. Adicionalmente, o sistema bancário continuou as operações de



reforço dos rácios de capital e de liquidez particularmente através da evolução das componentes de resultados e de outro rendimento integral e da emissão de instrumentos de dívida elegíveis para fundos próprios.

O atual contexto de baixas taxas de juro na área do euro traduz-se num desafio exigente com vista à preservação da estabilidade financeira do sistema bancário na medida em que a margem financeira dos novos empréstimos tem vindo a ser impactada por um efeito preço desfavorável. Pese embora o efeito a curto-prazo possa ser favorável em termos de rendibilidade dos bancos, os incentivos à expansão e menor restritividade da concessão de crédito poderão num horizonte temporal mais alargado refletir-se numa desadequação das taxas de juro face ao risco assumido.

O sistema bancário português continua ainda a ter de superar um conjunto de desafios adicionais face ao enquadramento atual:

- prosseguir com a redução dos ativos não produtivos (em particular de NPL), em linha com os planos submetidos às autoridades de supervisão;
- investir em infraestruturas tecnológicas, para aproveitar as potencialidades associadas à digitalização na prestação de serviços financeiros, e assim promover a sustentabilidade do modelo de negócio dos bancos;
- fazer face à potencial concorrência de empresas especializadas e à evolução tecnológica no setor (fintech);
- reduzir os custos operacionais, não abdicando dos recursos humanos necessários para assegurar níveis de serviço elevados nas funções de controlo, em áreas tão importantes como o branqueamento de capitais e prevenção do financiamento do terrorismo, e a gestão de riscos, operacionais e financeiros;
- reforçar o cumprimento do requisito mínimo de fundos próprios e instrumentos de dívida elegíveis suscetíveis de absorver perdas e contribuir para a recapitalização da instituição em caso de resolução (MREL), e
- mitigar o potencial impacto na estabilidade financeira resultante das alterações climáticas e da transição para uma economia sustentável de baixo carbono.

Importa também ter presentes os riscos para o cenário central de evolução da atividade económica a nível nacional e internacional, e os ainda elevados níveis de endividamento da generalidade dos setores económicos em Portugal. Neste quadro, é importante, por um lado, assegurar a sustentabilidade da melhoria recente da rendibilidade do setor bancário e, por outro, reforçar a capacidade de absorção de choques negativos sobre a situação de capital dos bancos.



[Handwritten signature]



2. O SNQTB

O **Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários** é um projeto iniciado em 1983, tendo como objetivo a defesa exclusiva dos profissionais que, na Banca Portuguesa, exercem funções técnicas e de enquadramento.

Pautando-se por uma prática sindical rigorosamente apartidária e independente, o **SNQTB** tem vindo a afirmar-se na vida sindical e na sociedade portuguesa pelas posições responsáveis que assume, pela forma dialogante como encara os problemas e pela razoabilidade das soluções que apresenta.

Valorizando igualmente a noção de sindicato moderno e reformista tem, cada vez mais, dinamizado o conceito de serviço social, isto é, o Sindicato é também uma empresa de prestação de serviços de qualidade, ao encontro das necessidades dos Sócios e suas famílias.

A sede do **SNQTB** situa-se na Rua Pinheiro Chagas nº 6 em Lisboa (metro Saldanha), onde se encontram nomeadamente os Departamentos de Apoio Jurídico e de Contencioso Laboral e Recursos Humanos. Contudo, existem serviços instalados em outros edifícios, nomeadamente, os Departamentos de Faturação Convencionados, Termos de Responsabilidade, Reembolsos e Rede de Escolha Informada, Acordos e Orçamentos do SAMS/QUADROS, na Rua Viriato, 27B (metro Picoas). Os Departamentos de Infraestruturas, Aprovisionamento e Comunicações e o Departamento de Qualidade, na Av. Miguel Bombarda, nº 61, e os Departamentos de Sistemas de Informação, Financeiro e Tesouraria, Contabilidade, Executivo de Operações e Unidade de Tratamento de Correspondência situam-se na mesma Avenida no nº 56 2º esq. e dto.

O **SNQTB** dispõe ainda de treze Delegações: Braga, Porto, Aveiro, Coimbra, Viseu, Covilhã, Leiria, Lisboa, Faro, Ribatejo Oeste, Setúbal, Funchal e Ponta Delgada.

O **SNQTB** é membro efetivo do Conselho Económico e Social da Região Autónoma da Madeira – CES Madeira, detendo a vice-presidência da Comissão Permanente de Concertação Social; e do CES Açores.

Em Portugal, o **SNQTB** é membro fundador e coordenador da **U.S.I. - União dos Sindicatos Independentes** e da **FSIB- Federação dos Sindicatos Independentes da Banca**.

A nível internacional, o **SNQTB** é associado da **CEC - Confederação Europeia de Quadros**, e da **FECEC – Federação Europeia dos Quadros das Instituições de Crédito e Financeiras**, na qual detém a vice-presidência.

Sabendo que os primeiros anos de vida são fundamentais na preparação das bases de competências, habilidades e valores do ser humano, e consciente das atuais dificuldades das famílias, o **SNQTB**, na sua habitual estratégia de intervenção, procurou encontrar soluções que fossem ao encontro das necessidades dos seus Sócios, no que respeita à educação das crianças e jovens que integram o agregado familiar.

Foi precisamente neste contexto que foi tomada a decisão de instituir a Fundação Social Bancária, instituição particular sem fins lucrativos, de âmbito nacional, que desenvolve atividades no âmbito da política social, particularmente no apoio às crianças e jovens.



A **FSB** - Fundação Social Bancária, que tem como entidade instituidora o SNQTB, foi reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social e pessoa coletiva de utilidade pública por despacho de 28/12/2011 do Ministro da Solidariedade e da Segurança Social, tendo sido lavrado o respetivo registo em 05/01/2012, pela inscrição nº2/2012, a fls.38 e 38 verso, do Livro nº7, das Fundações de Solidariedade Social.

Com o objetivo de colocar os seguros dos ramos Vida e Não Vida, em condições vantajosas para os sócios do SNQTB e dos demais Sindicatos afetos à USI, foi criada a MIS – Mediação Independente de Seguros.

De imediato, o Instituto de Seguros de Portugal reconheceu à MIS o estatuto de Mediador Ligado, tendo emitido, em 28 de agosto de 2007, o Certificado nº 2007/15779.

A evolução do mercado e a instabilidade do setor de seguros levou os responsáveis da MIS a renegociar os acordos com as seguradoras e a solicitar ao Instituto de Seguros de Portugal a alteração do seu estatuto de Mediador Ligado para Agente de Seguros, com vista a possibilitar a celebração de contratos com outras Companhias de Seguros. **A MIS deixou de ser um Mediador Ligado e passou à categoria de Agente de Seguros.**

Atualmente, a MIS comercializa seguros do Ramo Não Vida (automóvel, habitação, acidentes de trabalho, responsabilidade civil, condomínio, caçadores e outros) e Seguros do Ramo Vida (PPR's e Seguros de Vida).

A partir de outubro de 2017, a **MIS** estabeleceu um protocolo comercial com a Atlas, um dos maiores corretores de seguros em Portugal.

Em maio de 2018, o SNQTB abriu, em parceria com um dos maiores operadores, a primeira loja de ótica em Lisboa. Seguiu-se em 2019 uma outra unidade "Ótica SAMS Quadros" na cidade do Porto.

O crescimento do **SNQTB** não ficará por aqui e à medida que o seu número de sócios aumenta, cresce também a vontade dos seus dirigentes e colaboradores em prestar um SERVIÇO DE EXCELÊNCIA.

2.1. Contexto setorial

2019 foi caracterizado por um abrandamento do crescimento da economia, quer doméstica quer estrangeira.

O sistema bancário português continuou a sua reestruturação, com a saída nos principais bancos, de quase mil trabalhadores e o fecho de cerca de uma centena de balcões. Nota-se, no entanto, uma progressiva melhoria dos resultados, condicionados sempre pelo contexto económico nacional e também internacional. A principal influência externa está atualmente relacionada com as baixas taxas de juro, colocando as receitas sob pressão, devido também aos condicionalismos legislativos que impedem os bancos nacionais de cobrar taxas negativas aos seus clientes. A margem financeira continua a ser o principal componente do produto bancário. No entanto, registou-se um reforço dos depósitos de clientes como principal fonte de financiamento do



sector. Esta componente tem um valor bastante superior à média europeia (zona Euro) na estrutura de financiamento.

Os principais indicadores de eficiência, liquidez, qualidade dos ativos, rendibilidade e solvabilidade apresentaram melhorias. A qualidade dos ativos tem vindo a melhorar significativamente, devido à diminuição do crédito malparado, que registou máximos em 2015 e 2016. A rendibilidade do ativo manteve-se estável, enquanto a rendibilidade dos capitais próprios (ROE) registou uma melhoria, embora se encontre ainda abaixo da média da área do Euro.

Em termos de eficiência, Portugal registou uma ligeira diminuição, com o aumento do rácio custo-income, em virtude do aumento dos custos operacionais, apesar de, neste indicador, comparar bem com a média europeia.

O volume de empréstimos totais regista também uma tendência de aumento, reflexo de maior dinamismo da economia, mas também do mercado imobiliário. A componente habitação continua a ser um dos principais créditos concedidos.

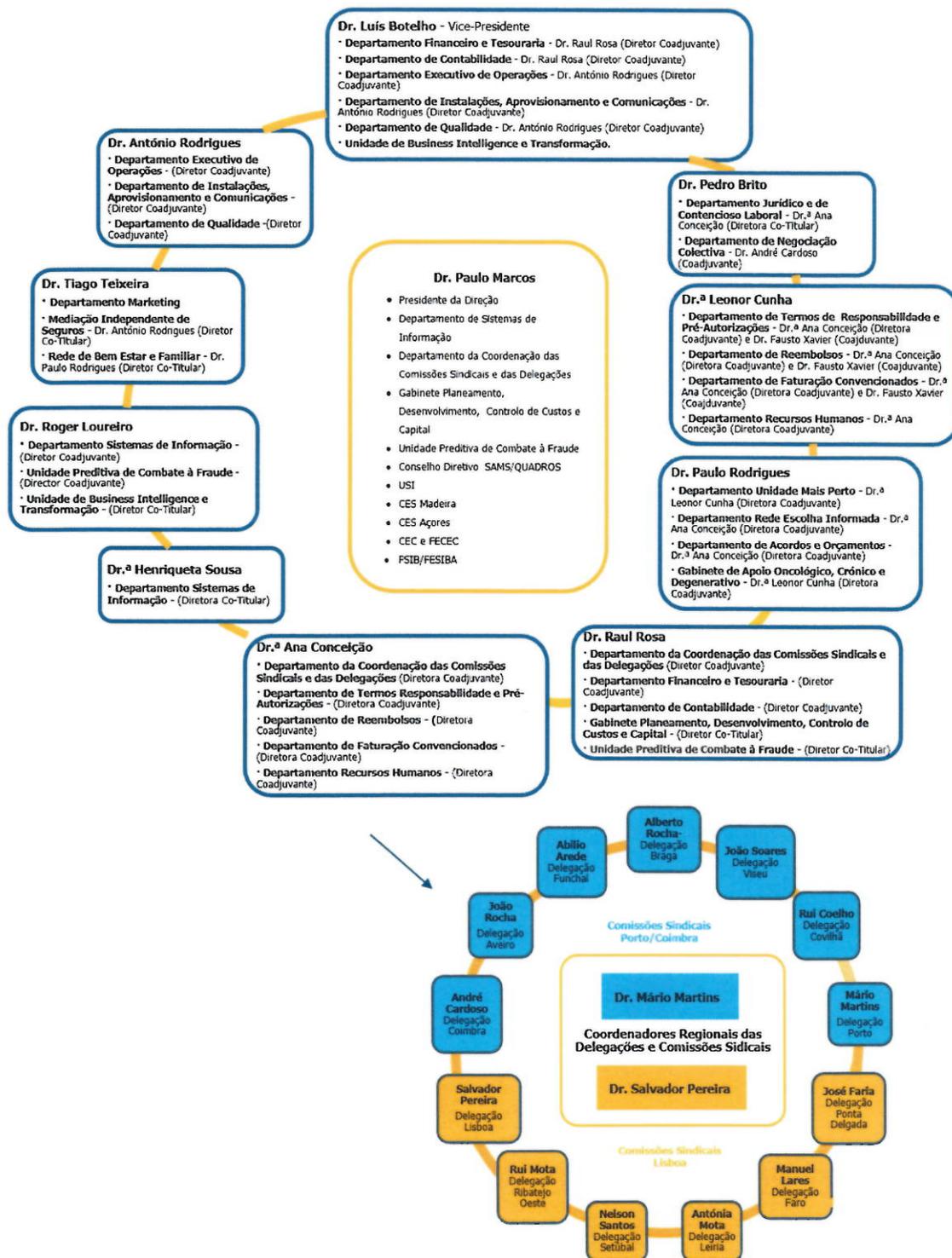
O SNQT, neste contexto dinâmico, continuou o seu crescimento em número de sócios, representando no final de 2019, cerca de 21 mil sócios. Para este acréscimo de sócios e respetivos beneficiários, é necessário garantir uma estrutura de financiamento adequada que tenha em conta o progressivo aumento dos custos de saúde, o envelhecimento dos sócios e as preocupações cada vez maiores com as questões de saúde e bem-estar. No ano de 2019, o sindicato teve de acomodar um aumento de 20% nas despesas de saúde, consequência de maior consumo por parte dos sócios, da crescente oferta de operadores privados e também da inclusão de faturas relativas a anos anteriores que não tinham sido devidamente integradas aquando da adoção do sistema automático de faturação. Ao nível das receitas, estas aumentaram em linha com o aumento de sócios (cerca de 8%), mantendo-se estável a contribuição média por sócio. As instituições financeiras, como principais financiadoras do subsistema de saúde, SAMS/Quadros, escolhido pela maioria dos seus trabalhadores, são assim também responsáveis pela sustentabilidade futura do subsistema. Este facto assume, naturalmente, grande importância nas exigentes negociações e atualizações de acordos coletivos e de empresa, que o sindicato negocia em permanência com todos os bancos.

A capacidade de inovar, adaptar a novas tecnologias e estar preparado para choques estruturais (como por exemplo, efeitos derivados da recente pandemia de corona vírus, que certamente provocará alterações na economia e força as instituições a reverem os seus modelos de negócio), será a chave do sucesso para aumentar retornos numa economia aberta, com baixas taxas de juro, concorrência de grupos estrangeiros, crescimento limitado do crédito, condicionantes regulatórias, volume elevado de crédito malparado e forte endividamento das famílias. No entanto, os trabalhadores deverão ser encarados como parte fundamental nestes processos de adaptação e valorizados, através da oferta de boas condições financeiras que lhes permitam maior bem-estar. Em resultado, a sua produtividade terá mais condições para aumentar, o que, consequentemente levará a uma melhoria dos resultados das instituições financeiras.

Two handwritten signatures in blue ink are located at the bottom right of the page, below the page number.

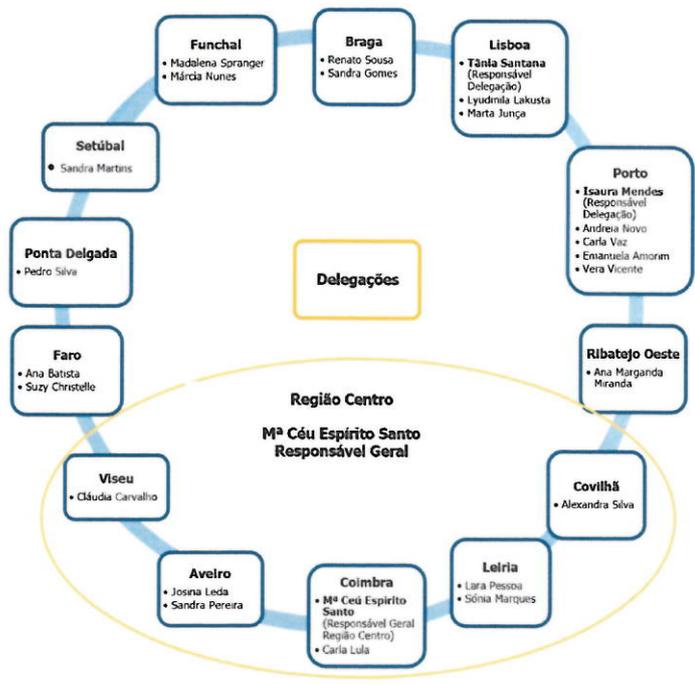


2.2. Estrutura funcional





Organograma – Colaboradores Delegações



Organograma – Comissões Sindicais

<ul style="list-style-type: none"> • Viseu/Porto / Coimbra • João Rocha • Antónia Mota • Ana Falcão • Mário Martins • João Soares • Lisboa • Rui Mota • José Gonçalves • Paula Canadas 	<p>BCP</p> <ul style="list-style-type: none"> • Porto / Coimbra • André Cardoso • Isabel Severino • Serafim Pinto • Lisboa • João Carvalho • Pedro Rola 	<p>BPI</p> <ul style="list-style-type: none"> • Porto • Alberto Rocha • Lisboa • José Marques • Isabel Remédios 	<p>Santander</p> <ul style="list-style-type: none"> • Porto • Alberto Pereira • Teresa Marques • Lisboa • Mário Almeida • Susana Gonçalves • Fausto Xavier 	<p>Caixa Económica Montepio Geral</p> <ul style="list-style-type: none"> • Porto • Alberto Pereira • Teresa Marques • Lisboa • Mário Almeida • Susana Gonçalves • Fausto Xavier 	<p>Parvalorem</p> <ul style="list-style-type: none"> • Porto / Coimbra • Carla Rit Cunha • Lisboa • Salvador Pereira • Eva Sant' António • Néilson Santos 	<p>Eurobic</p> <ul style="list-style-type: none"> • Porto / Coimbra • Nidia Deveza • João Paulo Pratas 	<p>Banco de Portugal</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lisboa • Francisco Conceição
--	--	--	---	--	---	--	---



Fundação Social Bancária (FSB)

- Conselho de Administração: Dr. Paulo Marcos (Presidente), Dr. António Amaral (Vice-Presidente), Dr. José Barroso (Vogal), Sr. José Leite Maia (Vogal) e Dr. Amaro Ruivinho (Vogal);
- Comissão Executiva: Dr. António Amaral, Sr. José Leite Maia e Dr. José Barroso.

Sociedade Gestora de Fundos de Pensões (SGF)

- Administradores SNQTB: Dr.ª Rita Appleton.

Mediação Independente de Seguros (MIS)

- Gerentes: Dr. António Rodrigues, Dr. Tiago Teixeira, Dr.ª Susana Mendes

União de Sindicatos Independentes (USI)

- Representantes SNQTB:
 - o Conselho Diretivo: Dr. Paulo Marcos (Presidente) e Dr. Rui Galdes;
 - o Comissão Executiva: Dr. Manuel Ramos Lopes (Presidente) e Dr.ª Eva Santo António;
 - o Mesa da Assembleia Geral: Dr. António Borges Amaral (Presidente) e Dr.ª Eva Santo António;
 - o Conselho Fiscal: Dr. Luís Botelho e Dr. Mário Almeida
 - o Conselho de Disciplina: Dr. Pedro Brito (Vice-presidente) e Dra. Ana Conceição
 - o Conselho Coordenador: Dr. Paulo Marcos (Presidente)

Federação dos Sindicatos Independentes da Banca (FESIBA/FSIB)

- Representantes SNQTB: Dr. Paulo Marcos, Dr. António Amaral, Dr. Pedro Brito

2.3. Missão, valores e cultura

Missão

O SNQTB é uma associação autónoma, independente do Estado, dos empregadores e de associações de qualquer natureza, designadamente de carácter político e que orienta a sua ação pelos princípios do sindicalismo democrático.

Tem como missão prestar um serviço de excelência aos sócios designadamente em questões de natureza laboral e sindical e na prestação e comparticipação de serviços de saúde através do SAMS Quadros.

Valores e Cultura

Os colaboradores, os titulares dos órgãos sociais do SNQTB, e os prestadores de serviços pautam a sua atuação por padrões elevados de ética profissional. Evitam situações suscetíveis de originar conflitos de interesses. E asseguram o estreito cumprimento dos seguintes princípios éticos:



OBJETIVIDADE

Os colaboradores e os membros dos órgãos sociais devem atuar de modo imparcial e com isenção, em relação a todos aqueles com os quais contactam no âmbito da sua atividade profissional.

CONFIDENCIALIDADE

Os colaboradores e os membros dos órgãos sociais devem manter a reserva e discrição em relação a factos e informações de que tenham conhecimento no exercício das suas funções.

INDEPENDÊNCIA

Os colaboradores e os membros dos órgãos sociais devem agir com independência e equidistância relativamente a todas as entidades e pessoas com quem estabeleçam uma relação em virtude do exercício das suas funções.

INTEGRIDADE

Os colaboradores e os membros dos órgãos sociais devem atuar segundo critérios de honestidade e lealdade pessoal e do interesse público que representam, para garantir a veracidade e confiança no trabalho realizado.

COMPETÊNCIA

Os colaboradores e os membros dos órgãos sociais devem assumir-se como profissionais que dedicam o seu esforço e empenho ao cumprimento das tarefas que lhes são confiadas, exercendo a sua atividade diária com rigor técnico.

PROPORCIONALIDADE

Os colaboradores e os membros dos órgãos sociais devem pautar a sua conduta pela adequação dos seus procedimentos aos objetivos da sua atividade.

RIGOR

Os colaboradores e os membros dos órgãos sociais devem exercer a sua atividade diária com o máximo de rigor técnico.

2.4. Política de Qualidade

No sentido de melhorar continuamente os seus valores e a sua missão, o Grupo SNQTB, todos os anos, é alvo de auditorias para renovação da certificação de qualidade, para assim, confirmar a concordância do seu Sistema de Qualidade com a norma de referência comum e internacionalmente reconhecida, a norma – SC-BUPR-054.

Procura desta forma aumentar a confiança dos Sócios, através de uma longa e clara demonstração da Qualidade dos seus serviços.

Assim, o Grupo SNQTB, ciente da sua responsabilidade na tarefa de satisfazer os Sócios, assume os seguintes compromissos:



- Satisfazer as expectativas do sócio, ultrapassando-as se possível através da permanente melhoria dos serviços prestados;
- Otimizar continuamente os processos do Sistema de Gestão da Qualidade, de modo a reduzir gastos desnecessários;
- Definir periodicamente um conjunto de objetivos na ótica de uma melhoria do desempenho na empresa;
- Avaliar e promover a satisfação das necessidades e expectativas legítimas dos sócios;
- Planear, operar, gerir e manter as infraestruturas de forma eficaz e eficiente.

2.5. Responsabilidade social

O Grupo SNQTB pretende, cada vez mais, desempenhar um papel ativo na sociedade em que atua, contribuindo de forma relevante, através de obras realizadas e projetos previstos, para o desenvolvimento e progresso das respetivas zonas circundantes, preservando o meio envolvente e, acima de tudo, melhorando a qualidade e bem-estar de todos.

Nesse sentido, no Grupo SNQTB, todos os projetos possuem um caráter de responsabilidade social sob a orientação dos anteriores pressupostos.



3. ÁREAS RELACIONADAS E DE SUPORTE

3.1. Departamento de Recursos Humanos

Sendo o SAMS QUADROS o “Core Business” do Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários, o melhor subsistema de saúde do país e exclusivo de um sector de atividade (sector bancário), o nível de confiança depositado na instituição e as expectativas, quer internas quer externas, são inevitavelmente de alto nível, esperando-se elevados padrões de desempenho, técnico e organizacional.

Por tais motivos, o ano de 2019, na Gestão de Recursos Humanos, ficou caracterizado, em especial, pelas novas formas de estar e atuar perante os desafios ligados aos departamentos da área da saúde. Nesse sentido, foi feito um esforço quanto à capacidade de comunicação e articulação entre tais departamentos, com vista a obter os devidos reflexos na flexibilidade e adaptabilidade organizacional e, sobretudo, na comunicação e colaboração entre os mesmos.

3.1.1 Evolução do efetivo

A evolução do efetivo no SNQTB tem acompanhado dinâmicas próprias e bem definidas.

O quadro de pessoal evidencia um aumento ligeiro do número total de colaboradores (sem termo e a termo certo) entre 2017 e 2019, face ao aumento significativo de novos sócios captados neste período.

As tabelas seguintes evidenciam detalhadamente a informação relativa a este indicador (evolução do efetivo).

Quadro de pessoal a 31 de dezembro 2019					
Ano	2019	2018	2017	2016	2015
Sem termo	104	105	103	106	122
Termo Certo	11	6	3	6	11
Total	115	111	106	112	133



Saídas			
Ano	2019	2018	2017
Reforma por limite de idade			
Falecimento			1
Revogação por Mútuo Acordo	2		1
Cessação de contrato a termo certo		1	
Outros		1	
Total	2	2	2

No quadro das saídas, podemos observar que o número de saídas desde 2017 tem-se mantido constante e que em 2019 as saídas registadas prenderam-se com rescisões por mútuo acordo com iniciativa por parte dos colaboradores.

3.1.2 Política salarial

Em 2017, passado um ano da entrada da nova Direção e sem aumentos desde 2014, aplicou-se um aumento de 0,75% a todos os vencimentos base e complementos de todos os colaboradores do SNQT.

No ano de 2018, os colaboradores do SNQT tiveram um aumento de 1% sobre todos os vencimentos base e complementos.

Em 2019, o aumento foi de 0,75%.

Vencimentos - Colaboradores			
Ano	2019	2018	2017
% aumento	0,75%	1%	0,75%

De referir ainda, a política de convergência paulatina, relativamente ao subsídio de alimenta o dos colaboradores do SNQT, face ao dos bancários no ativo. Esta política foi iniciada em julho de 2018 com aumento para 8,00€/dia (vs. 7,25€/dia, em vigor desde 2015) e prosseguiu em abril de 2019 com um novo aumento, para 8,50€/dia.

3.1.3 Forma o

A forma o dos Recursos Humanos do SNQT decorre de necessidades emergentes dos seus colaboradores, bem como das diversas áreas de interven o. Deste modo, deve ser entendida como um elemento de um processo global de gestão e de desenvolvimento dos Recursos Humanos que contribui para a eficiência da institui o.



A formação que se desenvolve no Grupo SNQTB constitui um meio que este tem ao seu dispor, a fim de poder atingir os objetivos previamente definidos, e, deste modo, contribuir para o reforço constante das competências dos seus colaboradores e de si mesmo, enquanto entidade interveniente na vida social. Não esquecendo nunca que a formação é um dos fatores dinâmicos mais importantes da competitividade de uma instituição, esta surge como uma resposta às constantes mudanças e desafios que a instituição tem de enfrentar.

3.1.4 Seguro de saúde

Os colaboradores do Grupo SNQTB beneficiam de um seguro de saúde contratado junto da MIS – AdvanceCare/Generali.

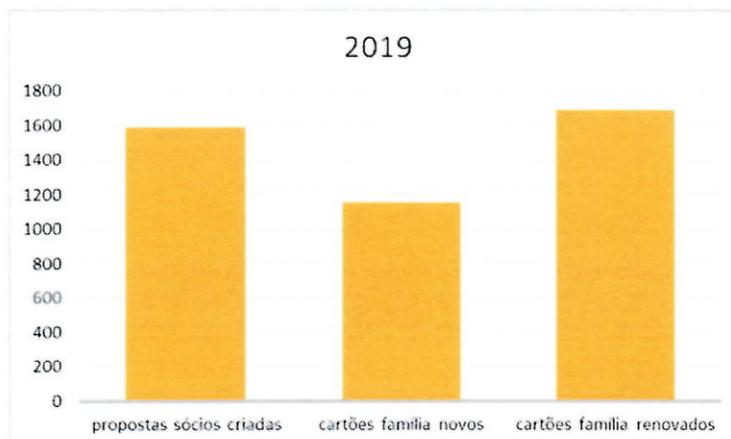
3.2. Departamento Executivo de Operações

As principais funções e tarefas deste Departamento são:

- Atendimento telefónico a sócios e beneficiários do SNQTB/SAMS Quadros;
- Tratamento de documentação enviada por sócios e beneficiários;
- Gestão, manutenção, atualização e controlo da base de dados de sócios e beneficiários;
- Realização do processo de renovação anual de cartões SAMS Quadros e emissão regular dos mesmos;
- Emissão e renovação do Cartão Família;
- Gestão de acessos ao “Portal do Sócio”;
- Resposta a questões genéricas dos sócios no relacionamento com o SNQTB/SAMS Quadros;
- Digitalização e arquivo de toda a documentação associada à base de dados de sócios e beneficiários.

Em 2019 foram emitidos mais de 70 mil cartões SAMS Quadros.

O gráfico seguinte resume a atividade desenvolvida em 2019 no que respeita a novos sócios e ao Cartão Família:



3.3. Departamento de Termos de Responsabilidade e Pré-Autorizações (DTRSQ)

Os termos de responsabilidade emitidos pelo DTRSQ permitem aos sócios o acesso à realização de atos médicos, devidamente aprovados em conselho clínico, em prestadores convencionados, sem o pagamento imediato desse mesmo ato.

O DTRSQ é responsável pelas atividades de:

- Análise e constituição dos processos para parecer do Conselho Clínico;
- Participação em Reuniões do Conselho Clínico;
- Atendimento telefónico e prestação de esclarecimentos aos sócios;
- Interação com os prestadores de Serviços de Saúde.

Termos Responsabilidade analisados em Conselho Clínico

Aprovados	Não aprovados	Outros	Total
2 122	40	9 210	11 372

Cerca de 19% dos Termos de Responsabilidade emitidos em 2019 foram analisados em Conselho Clínico e destes, apenas 1,9% não foram aprovados, sobretudo pelo facto de se tratar de atos médicos no âmbito da estética. Os processos analisados em Conselho Clínico são, fundamentalmente, respeitantes a Cirurgias.

Os restantes 81% dos TR emitidos são para realização de meios complementares de diagnóstico, tratamentos de radioterapia e quimioterapia (5%) e outros exames e tratamentos.



3.4. Departamento de Reembolsos

A atividade principal do Departamento de Reembolsos do SAMS Quadros é a análise e processamento dos pedidos de reembolso que são enviados pelos sócios para comparticipação de despesas de saúde efetuadas.

Este Departamento realiza as seguintes atividades:

- Análise e processamento dos pedidos de reembolso.
- Análise e preparação de processos de estomatologia/medicina dentária para apresentar em Conselho Clínico de Medicina Dentária;
- Elaboração de Estimativas de comparticipação para tratamentos de Medicina Dentária;
- Preparação de processos para análise e parecer em CDSQ;
- Preparação de processos de pedido de empréstimo ao abrigo do FCS;
- Atendimento telefónico aos sócios para esclarecimento de dúvidas;
- Análise e processamento de pedidos de subsídios de 3ª Idade

O DRSQ recebeu no ano de 2019, 172 176 pedidos de reembolso para analisar e tratar (um aumento de 10% relativamente a 2018), sendo que, 34% são rececionados pelo Portal do sócio e os restantes são remetidos em papel, via CTT. De destacar que a percentagem de pedidos de reembolso enviada pelo portal aumentou relativamente ao ano anterior, tendência que se irá reforçar pela forte dinâmica de adesão ao portal que se tem vindo a verificar.

Em 2019 foram analisados pedidos de reembolso no valor de cerca de 23,3 milhões de euros. Verificou-se um acréscimo de cerca de 7% nas comparticipações, refletindo igual aumento percentual nas despesas remetidas ao SAMS Quadros para reembolso.

Os atos médicos na área da estomatologia/medicina dentária e as consultas e as próteses oculares representam 70% do total do montante das comparticipações do SAMS Quadros.

Este Departamento continua a ter como objetivo primordial o reembolso das despesas de saúde no mais curto espaço de tempo.

3.5. Departamento de Faturação

A atividade principal do Departamento de Faturação do SAMS Quadros é a análise e processamento das faturas remetidas pelas entidades de saúde referentes aos serviços prestados aos beneficiários.

A atividade desenvolvida abrange a receção das faturas remetidas pelas entidades de saúde, a sua conferência face aos acordos estabelecidos e a verificação da razoabilidade e adequabilidade dos valores faturados, atuando em forte ligação com as entidades para a resolução de incidências.



O Departamento é assessorado pelo Conselho Clínico, composto por sete médicos, de diversas especialidades, e uma enfermeira de bloco.

No decurso dos anos o Departamento conferiu em média mais de 19 mil faturas por mês.

3.6. Departamento Jurídico e de Contencioso Laboral

3.6.1 Apoio jurídico aos sócios

- Aconselhamento e informação

O DJUCL garante o aconselhamento e informação diária dos sócios, do SNQTB e do SIB, por via de reuniões presenciais, telefónicas e correio eletrónico.

- Contencioso laboral

No âmbito do acompanhamento e intervenção em processos disciplinares e judiciais ocorreram diversas deslocações por todo o país, nomeadamente a Almada, Barreiro, Beja, Braga, Caldas da Rainha, Estremoz, Funchal, Leiria, Lisboa, Maia, Porto, Sintra, Santarém, Viana do Castelo, Vila Franca de Xira e Viseu, em múltiplas sessões e diligências.

Processos disciplinares:

SNQTB – 37

SIB – 4

Ações judiciais:

SNQTB – 34 (sendo duas de impugnação de despedimento coletivo, em que patrocinamos vários sócios em cada processo)

SIB – 2 (sendo uma de despedimento coletivo)

Despedimentos coletivos:

Continuação do acompanhamento dos processos de impugnação de despedimento coletivo do Novo Banco, BBVA e Parvalorem.

O processo relativo ao BBVA foi concluído em dezembro de 2019, com a declaração de ilicitude do despedimento pelo Supremo Tribunal de Justiça. As duas sócias representadas foram reintegradas.



Dois outros processos merecem especial referência: a intervenção do SNQTB na ação judicial relativa ao prémio de antiguidade, que continua a decorrer; e a reclamação de créditos no processo de insolvência do BES.

3.6.2 Questões jurídico-laborais gerais

Sem que se elenquem exaustivamente, foram acompanhadas e merecedoras de intervenção pelo SNQTB junto de várias Instituições de Crédito, questões que se colocaram quanto a grupos ou à generalidade dos trabalhadores, tal como “RMAs” e reformas antecipadas; cálculo do acerto entre as pensões de reforma pagas pela Segurança social e as pagas nos termos do ACT; acesso à reforma e cálculo da mesma em caso de saída do trabalhador do sector bancário (em todas as instituições); acordos de isenção de horário de trabalho e cartões de crédito (Novo Banco e Banco BPI); colocação de trabalhadores em entidades externas (Novo Banco); reposição das remunerações e normativo sobre instrumentos de trabalho (BCP); retirada de viaturas automóveis e adequação de funções (Banco Santander Totta); passagem a sucursal do BBVA; reposição de direitos adquiridos e promoções (Parvalorem); regime laboral dos trabalhadores provenientes da Oitante (Proteus Altamira); integração de trabalhadores do Deutsche Bank Portugal (ABanca); cumprimento de promoções por mérito e níveis mínimos (Crédito Agrícola) e pagamento de prémios (Montepio Geral).

3.6.3 Negociação coletiva

Acompanhamento e intervenção nas negociações no âmbito das seguintes convenções coletivas de trabalho: ACT do Setor Bancário (que abrange, entre outros, o Banco Santander Totta, o Novo Banco e o Banco BPI), BCP, Banco de Portugal, Caixa Geral de Depósitos, EuroBic, Montepio Geral, Montepio Crédito e Montepio Valor, BNP Paribas, Oitante, Parvalorem, Wizink, Square, Caixa Bank (acordo de adesão), BMO Portugal, Gestão de Patrimónios, S.A. e 321 Crédito, com intervenção em reuniões negociais e plenários com sócios.

De referir ainda a intervenção no processo de conciliação e mediação junto da DGERT, relativamente ao processo de revisão do ACT BCP para 2018, que culminou com a consecução da revisão salarial para esse ano.

3.6.4 Contribuição para políticas públicas

O Sindicato quanto a esta matéria, inclusivamente em Direito a constituir, apresentou contributos relativamente a 39 propostas de lei apresentadas pelo Governo e Grupos Parlamentares e respetivos temas de natureza laboral e previdencial (em anexo).

Em síntese, ocorreu intervenção e apresentação de propostas relativamente à alteração do Código de Processo do Trabalho; do Código de Trabalho, neste designadamente quanto ao princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador, proteção da parentalidade, direitos e condições de acompanhamento a filho com doença crónica, oncológica ou resultante de acidente; consagração de feriados; regulação do trabalho temporário e outsourcing; faltas justificadas; férias; combate ao assédio no local de trabalho; proteção laboral e social dos doentes graves,



crónicos ou oncológicos; conciliação do trabalho com a vida familiar; compensações por cessação do contrato de trabalho e despedimento; promoção da contratação coletiva, regulação da caducidade da contratação coletiva e da sucessão de convenções coletivas de trabalho; combate à precariedade laboral; regulação do despedimento por extinção de posto de trabalho e do despedimento por inadaptação e regulação da compensação por despedimento ilícito.

3.6.5 Fundos de Pensões

Intervenção e análise de documentação relativa a comissões de acompanhamento de Fundos de Pensões, nas quais o SNQTB se encontra representado, designadamente Haitong Bank, Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, BCP e Novo Banco.

3.6.6 Iniciativas junto de órgãos oficiais e órgãos de soberania

O SNQTB, após petição junto da Provedoria de Justiça, viu-lhe ser reconhecida razão quanto à não tributação de IRS nas mensalidades de doença pagas pelos bancos aos trabalhadores bancários “Ex-CAFEB”, tendo subseqüentemente sido assegurada a aplicação desta determinação junto dos Bancos.

O SNQTB, conjuntamente com o SBN e o SIB, interveio em audiência junto da Comissão Parlamentar de Trabalho e Segurança Social da Assembleia da República, expondo temas como o processo de revisão do ACT BCP para 2018, a negociação coletiva em geral e as alterações que terão que ser efetuadas ao Código do Trabalho, designadamente quanto ao reajustamento do quadro legal que a regula.

3.7. Departamento de REI, Acordos e Orçamentos

- Acordos

O departamento de acordos e orçamentos gere 2 840 acordos ativos a nível nacional, dos quais:

- ✓ 208 entidades incluídas na Rede Escolha Informada (REI)
- ✓ 1 200 entidades incluídas na rede de Medicina Dentária

Em 2019 foram efetuados 134 novos acordos e feitas alterações contratuais de várias naturezas a 420 acordos.

- Orçamentos

A área de orçamentos tem vindo a ganhar uma importância cada vez mais significativa no aconselhamento aos sócios. Atualmente todos os Termos de Responsabilidade são acompanhados por emissão de uma estimativa de custo e por uma análise de alternativas com uma adequada relação de custo e retorno terapêutico.



No decurso de 2019, foram emitidas cerca de 4 mil estimativas de comparticipações e propostas alternativas com impactos na redução de custos de cerca de 900 mil €.

- Gabinete de Apoio ao Doente

O GAD tem como objetivos prestar informações/esclarecimentos e orientar os doentes e familiares (sócios/beneficiários), servir de interlocutor na facilitação/agilização dos processos inerentes ao diagnóstico, tratamento e controlo da doença, na relação com o SAMS/QUADROS e com as entidades prestadoras de cuidados de saúde; bem como auxiliar na identificação de alternativas que melhor correspondam às necessidades e expectativas dos sócios/beneficiários e referenciação de entidades, centros de tratamento e profissionais de saúde.

Em simultâneo, o GAD procura prestar apoio emocional/psicológico aos doentes e seus familiares, encorajar e dar suporte à expressão emocional, reforçar a informação sobre a doença, tratamentos e sequelas dos mesmos e promover a adaptação à doença através do desenvolvimento da autoestima, perceção de controlo e autoeficácia e do espírito de luta.

Alguns números da atividade do GAD:

- Existem cerca de 800 beneficiários com processo de doença crónica oncológica no SAMS/QUADROS;
- O GAD acompanha e apoia ativamente cerca de 250 sócios/beneficiários, sendo a esmagadora maioria doentes oncológicos e/ou familiares.

3.8. Departamento de Instalações, Aprovisionamento e Comunicações

No SNQTB, compete ao DIAC (Departamento de Instalações, Aprovisionamentos e Comunicações) a gestão do património imobiliário, designadamente a realização de ações de fiscalização dos imóveis sob sua responsabilidade, a promoção de procedimentos de manutenção, reparação, beneficiação ou conservação e acompanhamento de obras/intervenções realizadas, a organização e a atualização do cadastro dos imóveis, a elaboração de planos de intervenção, a promoção de avaliações e acompanhamento da promoção de imóveis, assim como a regularização registral e predial dos mesmos.

No desenvolvimento da sua atividade, este Departamento encontra-se organizado em diferentes módulos de acordo com os processos das diferentes áreas, designadamente: inventariação e caracterização do património imobiliário, assim como toda a relevação contabilística; arrendamento e gestão da dívida de arrendatários; aquisição de bens e serviços e empreitadas de obras privadas.

Em 2019 deu-se continuidade à modernização das instalações que fazem parte do portfolio de imóveis do SNQTB, designadamente:

- Renovação de dois pisos da Sede, continuando-se a política de modernização do edifício;



- Renovação de dois escritórios em Lisboa para realocação de Departamentos;
- Criação de novo espaço, nos escritórios de Lisboa, para acomodar uma nova Unidade Funcional;
- Atualização dos sistemas de segurança de todas as Delegações e escritórios a nível nacional;
- Modernização da Delegação de Aveiro;
- Modernização do auditório da Delegação no Porto, de forma a corresponder ao aumento das iniciativas de proximidade aos sócios do SNQTB.

Todas as medidas em avaliação/implementação revelam a intenção do SNQTB possuir instalações modernas, apelativas e que acompanhem a evolução dos tempos. Neste sentido, têm sido implementadas soluções de modernização digital que respondam às necessidades dos eventos que têm sido promovidos pelas várias Delegações.

Relativamente ao património imobiliário que se encontra sob contrato de arrendamento manteve-se a política de acompanhamento do mesmo, assegurando-se assim a defesa dos interesses do SNQTB.

No que respeita às Comunicações Móveis, no final de 2019 foi realizado um estudo intensivo e implementadas otimizações tendo em vista a redução de custos, que produzirá efeitos no exercício de 2020.

3.9. Departamento de Sistemas de Informação

Desenvolvimentos e projetos

- Débitos Diretos para despesas de saúde e Extrato integrado

Concluiu-se o desenvolvimento dos pagamentos por Débitos Diretos, para as despesas de saúde. Com este mesmo objetivo efetuaram-se as alterações necessárias ao extrato. Este projeto permitiu entregar aos sócios uma funcionalidade há muito esperada e que facilita o dia-a-dia da sua relação com o SNQTB, proporcionando maior segurança, controlo e comodidade na gestão dos pagamentos das suas despesas de saúde.

- Projeto de Transformação Digital

Este projeto visou dotar o SNQTB de uma nova infraestrutura digital, no contacto com sócios e demais agentes externos. A iniciativa compreendeu o desenho e desenvolvimento dos seguintes ativos: website SNQTB, Portal de Sócio, App Mobil iOS, App Mobil Android. Todos os componentes destes ativos digitais estão alojados em Cloud garantindo assim uma maior resiliência e disponibilidade dos serviços. O lançamento em produção ocorrerá em 2020 e com



ele a disponibilização de toda uma nova gama de ferramentas para melhorar as capacidades de relacionamento dos sócios com o SNQTQB, indo ao encontro das exigências deste novo mundo cada vez mais digital. Estão também criadas condições para novos projetos, no âmbito da desmaterialização de processos, em linha com a proximidade com os sócios que se pretende incrementar e a melhoria contínua do nível de serviço a prestar.

- Renegociação de contratos

Foram analisados todos os contratos estabelecidos com o DSI, renegociando-se, quando possível, para condições mais vantajosas e ajustadas às atuais necessidades do SNQTQB. Este esforço foi efetuado de forma transversal, desde contratos de licenciamento de software, passando por prestação de serviços de consultoria e outsourcing, tendo resultado numa poupança anual a rondar os 65 mil euros.

- Utilização de ferramentas de trabalho remoto

Em 2019 promovemos a utilização de ferramentas de teletrabalho e reunião à distância. Estas ferramentas foram instaladas seguindo-se uma iniciativa de adoção, através de ações de formação e dinamização da sua utilização. Tornou-se assim generalizada a utilização destas ferramentas para reuniões, ações de formação, partilha de documentos, armazenamento de ficheiros e demais funcionalidades colaborativas.

Infraestruturas

- Central Telefónica Virtual

Durante 2019 efetuou-se a seleção e adjudicação de uma nova solução de central telefónica. Foram avaliadas as soluções de infraestrutura disponíveis no mercado, tendo em conta as características técnicas, os níveis de segurança e as poupanças inerentes à implementação. Esta solução possibilita também agilizar a gestão de contactos entre sócios e as diferentes áreas departamentais do SNQTQB, facilitando o seu registo, gestão de cargas, bem como uma melhor gestão de sinergias entre a utilização dos canais telefónicos e o email. Foram ainda dados os primeiros passos para implementação do SNQTQB Direto, unidade de contato privilegiado entre sócios e Sindicato.

- Modernização dos equipamentos de trabalho

Continuou-se o investimento iniciado em 2018, de dotar todos os departamentos, delegações e comissões sindicais de equipamentos pessoais que garantam fiabilidade, robustez e performance, de modo a prestar o melhor serviço aos sócios do SNQTQB e beneficiários do SAMS Quadros. Identificaram-se e substituíram-se desktops com mais de 5 anos, foram afetos vários portáteis a delegações e a comissões sindicais, permitindo assim um melhor contacto e acompanhamento de todos os sócios. Foram instalados segundos monitores, no Departamento de Faturação, para



permitir uma maior produtividade no processamento de despesas, a partir de imagens dos documentos.

[Handwritten signatures]



4. ANEXO

Propostas de lei apresentadas pelo Governo e Grupos Parlamentares, para as quais o SNQTB deu o seu contributo:

1. Proposta de Lei 176/XIII, que visava a adequação do CPT ao CPC;
2. Projeto de lei n.º 1101/XIII/ (PAN), que visava a alteração do Código do Trabalho, consagrando a terça-feira de Carnaval como feriado nacional obrigatório;
3. Projeto de lei n.º 1027/XIII (Verdes), que visava a alteração do art.º 476.º do Código do Trabalho, cuja epígrafe é o princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador;
4. Projeto de lei n.º 1092/XIII (PAN), que visava consagrar o alargamento da licença parental em caso de nascimento prematuro;
5. Projeto de lei n.º 1086/XIII (Verdes), que visava consagrar a Terça-Feira de Carnaval como feriado nacional obrigatório;
6. Projeto de lei n.º 89/XIV (BE), que visava o combate ao falso trabalho temporário e restringir o recurso ao outsourcing e trabalho temporário;
7. Projeto de lei n.º 91/XIV (BE), visava o alargamento da proteção na parentalidade aos progenitores com filhos com deficiência, doença rara ou doença oncológica e determinar o pagamento a 100% do subsídio para assistência a filho com deficiência, doença crónica ou oncológica;
8. Projeto de lei n.º 95/XIV (PCP), visava o reforço de direitos e condições de acompanhamento a filho com doença crónica, oncológica ou resultante de acidente;
9. Projeto de lei n.º 102/XIII (PAN), visava reforçar a proteção social e laboral dos pais num quadro de assistência de filho com doença oncológica;
10. Projeto de lei n.º 111/XIII (BE), que visava aumentar em 60 dias o período de licença parental inicial, em caso de nascimento de criança com deficiência ou doença rara, bem como aumentar o montante do subsídio para assistência a filho com deficiência, doença crónica ou oncológica;
11. Projeto de lei n.º 1169/XIII (PAN), que visava a equiparação, em matéria de faltas justificadas ao trabalho, dos regimes constantes do Código do Trabalho e da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
12. Projeto de lei n.º 1175/XIII (BE), que visava regular as relações laborais existentes na Advocacia;
13. Projeto de lei n.º 1185/XIII (BE), que visava a consagração do direito ao pagamento de subsídio de alimentação a todos os trabalhadores, em valor mínimo equiparado à administração pública;
14. Projeto de lei n.º 1186/XIII (BE), que visava, em termos gerais, o aprofundamento do combate ao assédio no local de trabalho;



15. Projeto de lei n.º 1197/XIII (BE), que visava a majoração do subsídio de doença atribuído a doentes graves, crónicos ou oncológicos, bem como o reforço da proteção laboral aos doentes oncológicos;
16. Projeto de lei n.º 26/XIV (PEV), que visava garantir o direito à redução de horário de trabalho, para efeitos de amamentação, aleitação ou acompanhamento de criança até aos três anos de idade;
17. Projeto de lei n.º 55/XIV (CDS-PP), que visava criar a dispensa para assistência a filho até aos 2 anos, em substituição da dispensa para amamentação ou aleitação;
18. Projeto de lei n.º 60/XIV (BE), que visava criar a dispensa para acompanhamento a filhos até aos três anos;
19. Projeto de lei n.º 62/XIV (PCP), que visava garantir o direito das crianças até 3 anos a serem acompanhadas pelos progenitores através da redução horária do horário de trabalho diário em 25% do tempo total de trabalho;
20. Projeto de lei n.º 64/XIV (PCP), que visava garantir o cumprimento efetivo dos horários de trabalho e a conciliação do trabalho com a vida familiar e revogar os mecanismos de adaptabilidade e de banco de horas, nas modalidades grupal e por regulamentação coletiva;
21. Projeto de lei n.º 65/XIV (PCP), que visava garantir o cumprimento efetivo dos horários de trabalho e a conciliação do trabalho com a vida familiar e revogar os mecanismos de adaptabilidade individual;
22. Projeto de lei n.º 68/XIV (PCP), que visava a reposição dos montantes e regras de cálculo nas compensações por cessação do contrato de trabalho e despedimento;
23. Projeto de lei n.º 74/XIV (BE), que visava a promoção da contratação coletiva;
24. Projeto de lei n.º 75/XIV (BE), que visava o alargamento da proteção social dos trabalhadores em regime de trabalho noturno e por turnos;
25. Projeto de lei n.º 76/XIV (BE), que visava a redução, para 35 horas, do limite máximo do horário semanal de trabalho para todos os trabalhadores do setor privado;
26. Projeto de lei n.º 79/XIV (PEV), que visava consagrar o número mínimo de 25 dias úteis de férias para todos os trabalhadores;
27. Projeto de lei n.º 5/XIV (PCP), que visava a redução, para 35 horas, do limite máximo do horário semanal de trabalho para todos os trabalhadores;
28. Projeto de lei n.º 10/XIV (PCP), que visava a reposição do princípio do tratamento mais favorável, a eliminação da caducidade da contratação coletiva, bem como regular a sucessão de convenções coletivas de trabalho;
29. Projeto de lei n.º 11/XIV (PCP), que visava o combate à precariedade laboral e o reforço dos direitos dos trabalhadores, procurando, em termos gerais e concretamente, alterar o regime jurídico dos contratos a termo;
30. Projeto de lei n.º 17/XIV (PCP), que visava o reforço dos direitos dos trabalhadores em regime de trabalho noturno e por turnos;



31. Projeto de lei n.º 43/XIV (PCP), que visava consagrar o número mínimo de 25 dias úteis de férias para todos os trabalhadores;
32. Projeto de lei n.º 44/XIV (PCP), que visava a reposição dos valores de trabalho suplementar que vigoraram até à revisão do Código do Trabalho de 2012;
33. Projeto de lei n.º 47/XIV (BE), que visava consagrar o número mínimo de 25 dias úteis de férias para todos os trabalhadores;
34. Projeto de lei n.º 48/XIV (BE), que visava revogar as alterações ao Código do Trabalho (CT) introduzidas no período da troika, relativas ao despedimento por extinção de posto de trabalho e eliminar o despedimento por inadaptação;
35. Projeto de lei n.º 49/XIV (BE), que visava a reposição dos valores de trabalho suplementar que vigoraram até à revisão do Código do Trabalho de 2012;
36. Projeto de lei n.º 50/XIV (BE), que visava a reposição dos valores pagos a título de compensação por despedimento ilícito;
37. Projeto de lei n.º 1232/XIII (BE), que visava alterar o regime jurídico das custas judiciais, pretendendo garantir um acesso mais alargado aos tribunais pelos trabalhadores e cidadãos mais carenciados;
38. Projeto de lei n.º 130/XIV (PEV), que visava a reposição do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador, a eliminação da caducidade da contratação coletiva, bem como regular a sucessão de convenções coletivas de trabalho;
39. Projeto de lei n.º 127/XIV (IL), que visava determinar a colocação dos custos suportados pela entidade empregadora, a título de contribuições para a Segurança Social, nos recibos de vencimento dos trabalhadores.



[Handwritten signature]



5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com o disposto no Art.º 55 dos Estatutos, a Direção propõe a este Conselho Geral a seguinte distribuição:

Resultados Transitados: -1 728 885,71€

(Handwritten signatures in blue and purple ink)



Handwritten initials in blue and purple ink.



NOTAS ÀS CONTAS

P W





BALANÇO

RUBRICAS	NOTAS	2019	2018 (reexpresso)
Ativos fixos tangíveis	5	5 707 841,94	5 787 196,71
Propriedades de investimento	6	26 997 329,00	26 607 351,80
Ativos intangíveis	7	847 163,75	695 841,29
Investimentos financeiros (método de equivalência patrimonial)	8	493 819,35	818 009,62
Outros investimentos financeiros		473 746,30	358 842,27
Créditos a receber	12	675 000,00	
		35 194 900,34	34 267 241,69
Clientes	9	1 539 968,74	1 246 266,89
Sócios - SAMS		1 439 696,24	1 092 776,92
Sócios - FPA		47 823,09	89 334,02
Sócios - Sindicato		36 778,98	56 058,80
Outros		15 670,43	8 097,15
Adiantamentos a fornecedores		53 048,86	40 366,59
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11	3 218 788,17	3 025 521,78
Outros créditos a receber	12	6 236 151,97	4 845 772,88
Diferimentos	13	201 751,35	189 943,75
Ativos financeiros detidos para negociação	14	107 324,18	976 014,32
Caixa e depósitos bancários	15	3 712 512,02	7 103 905,17
		15 069 545,29	17 427 791,38
Total do ativo		50 264 445,63	51 695 033,07
Reservas	16	26 318 539,64	24 118 195,13
Resultados transitados		2 791 423,80	4 976 376,00
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais		-338 002,04	-338 002,04
Resultado líquido do período		-1 728 885,71	15 392,31
Total dos fundos patrimoniais		27 043 075,69	28 771 961,40
Financiamentos obtidos	18		880 126,68
			880 126,68
Fornecedores	17	7 965 120,12	7 267 070,85
Adiantamentos de clientes		2 585,74	1 383,87
Estado e outros entes públicos	10	210 743,14	232 756,49
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11	92 601,11	116 370,59
Financiamentos obtidos	18		167 643,12
Diferimentos	13	6 556 803,39	5 564 206,82
Outras dívidas a pagar	19	8 393 516,44	8 693 513,25
		23 221 369,94	22 042 944,99
Total do passivo		23 221 369,94	22 923 071,67
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		50 264 445,63	51 695 033,07

(As Notas às contas são parte integrante das demonstrações financeiras)



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

RUBRICAS	NOTAS	2019	2018 (reexpresso)
Contribuições e Quotizações	20	52 857 228,25	49 043 803,30
Contribuições		44 191 367,07	40 905 846,88
SAMS - Entidade Patronal		35 032 554,54	32 352 504,46
SAMS - Sócio		9 158 812,53	8 553 342,42
Quotizações		5 776 586,22	5 420 508,85
Fundo Complementar de Saúde		2 795 724,96	2 635 147,57
Beneficiários +25a		93 550,00	82 300,00
Atividade Sindical	21	-48 006 198,19	-41 980 600,88
Assistência na doença (SAMS)		-44 094 968,40	-38 694 124,56
Comparticipação - Faturação		-25 604 087,01	-21 408 906,28
Comparticipação - Direta		-13 629 457,27	-12 711 297,67
Farmácias		-4 579 720,34	-4 307 894,18
Subsídios		-281 703,78	-266 026,43
Fundo Complementar de Saúde		-3 882 783,12	-3 280 276,32
Direto/Complementar		-3 203 351,12	-2 785 252,32
Subsídios		-679 432,00	-495 024,00
Atividade Sindical - outros		-28 446,67	-6 200,00
Fornecimentos e serviços externos	22	-3 394 941,38	-3 253 030,60
Gastos com o pessoal	23	-4 209 990,86	-4 000 568,78
Orgãos sociais		-645 447,93	-651 613,26
Pessoal		-3 564 542,93	-3 348 955,52
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	24	-30 679,26	50 247,05
Outras imparidades (perdas/reversões)		-27 855,52	720 125,23
Aumentos/reduções de justo valor	25	521 891,65	-186 521,27
Rendim./gastos em subsid., associadas e empr. conjuntos	26	491 728,43	-32 456,68
Outros rendimentos e ganhos	27	909 841,23	691 529,18
Outros gastos e perdas	28	-183 543,04	-179 283,27
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-1 072 518,69	873 243,28
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	29	-667 339,73	-683 989,76
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-1 739 858,42	189 253,52
Juros e rendimentos similares obtidos	30	183 654,14	92 297,68
Juros e gastos similares suportados	31	-5 897,84	-145 738,33
Resultado antes de impostos		-1 562 102,12	135 812,87
Imposto sobre o rendimento do período	10	-166 783,59	-120 420,56
Resultado líquido do período		-1 728 885,71	15 392,31

(As Notas às contas são parte integrante das demonstrações financeiras)



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS

RUBRICAS	Reserva legal	Reserva Especial de Greve	Outras Reservas	Outras variações em fundos	Resultados Transitados	Resultado líquido período	Total
Posição em 01-01-2018	2 525 944,97	8 125 944,97	12 500 000,00	-338 002,04	5 047 912,69	966 305,19	28 828 105,78
Alterações no período							
Aplicação do resultado líquido	96 630,52	869 674,67				-966 305,19	
Outras alterações	96 630,52	869 674,67			-71 536,69	-966 305,19	-71 536,69
Resultado líquido do período						2 200 344,51	2 200 344,51
Resultado extensivo						1 234 039,32	2 128 807,82
Operações com instituidores no fim do período							
Outras operações							
Posição em 31-12-2018	2 622 575,49	8 995 619,64	12 500 000,00	-338 002,04	4 976 376,00	2 200 344,51	30 956 913,60
Reexpressão							
Outras operações						-2 184 952,20	-2 184 952,20
Posição em 31-12-2018 (reexpresso)	2 622 575,49	8 995 619,64	12 500 000,00	-338 002,04	4 976 376,00	15 392,31	28 771 961,40
Alterações no período							
Aplicação do resultado líquido	220 034,45	990 155,03	990 155,03		-2 184 952,20	-15 392,31	0,00
Outras alterações	220 034,45	990 155,03	990 155,03		-2 184 952,20	-15 392,31	0,00
Resultado líquido do período						-1 728 885,71	-1 728 885,71
Resultado extensivo						-1 744 278,02	-1 728 885,71
Operações com instituidores no fim do período							
Outras operações							
Posição em 31-12-2019	2 842 609,94	9 985 774,67	13 490 155,03	-338 002,04	2 791 423,80	-1 728 885,71	27 043 075,69

(As Notas às contas são parte integrante das demonstrações financeiras)



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

RUBRICAS	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes e utentes	5 590 655,47	4 234 754,71
Pagamentos de subsídios	-15 776 745,00	-14 638 342,29
Pagamentos a fornecedores	-40 946 824,61	-30 958 356,74
Pagamentos ao pessoal	-2 408 107,03	-2 276 726,50
Caixa gerada pelas operações	-53 541 021,17	-43 638 670,82
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-63 589,36	-77 008,67
Outros recebimentos/pagamentos	50 914 895,78	47 627 152,58
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	-2 689 714,75	3 911 473,09
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-225 167,81	-461 929,56
Ativos intangíveis	-360 155,56	-185 305,65
Investimentos financeiros		-297 000,00
Outros ativos		-7 470,02
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros		
Outros ativos	862 394,36	1 115 050,60
Juros e rendimentos similares	141 807,42	34 797,81
Dividendos	259,32	34 002,64
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	419 137,73	232 145,82
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-1 047 769,80	-6 892 706,44
Juros e gastos similares	-73 046,33	-240 851,33
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-1 120 816,13	-7 133 557,77
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-3 391 393,15	-2 989 938,86
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	7 103 905,17	10 093 844,03
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3 712 512,02	7 103 905,17

(As Notas às contas são parte integrante das demonstrações financeiras)



1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários ("Sindicato" ou "SNQTB"), com número de identificação fiscal 501.403.736, tem a sua sede na Rua Pinheiro Chagas, nº 6, 1050-177 LISBOA.

O Sindicato foi constituído por escritura pública, publicada no Diário da República de 9 de junho de 1983, tendo iniciado a sua atividade em 1984. Tem como objeto social a representação dos quadros e técnicos bancários, ligados por contrato de trabalho às instituições de crédito ou similares, que exerçam funções específicas da atividade bancária.

O programa SAMS/QUADROS foi aprovado em sede de negociação da revisão da contratação coletiva em julho de 1992, tendo sido publicada a referida revisão no Boletim de Trabalho e Emprego em 22 de agosto de 1992. O início de atividade ocorreu em 1 de janeiro de 1993, de acordo com a contratação e por força do Regulamento do SAMS/QUADROS, entretanto aprovado, sendo que a gestão do SAMS/QUADROS é exercida, por delegação da Direção do Sindicato, por um Conselho Diretivo. Este programa tem como objeto a proteção e assistência dos seus sócios na doença, na maternidade e noutras situações afins de caráter social.

As quantias estão expressas em Euros, exceto quando expressamente indicado de outra forma.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo ("SNC-ESNL"), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, o qual é parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

Os normativos acima indicados mereceram as consequentes adaptações, em função das necessidades de relato financeiro, específicas, decorrentes das atividades desenvolvidas pelo SNQTB.

Não houve derrogações excecionais de disposições do SNC-ESNL, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados do Sindicato.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2019 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período comparativo findo em 31 de dezembro de 2018.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos do SNQTB de acordo com o SNC-ESNL.

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, o Sindicato adotou:

- As Bases de Preparação das Demonstrações Financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que instituiu o SNC, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho;



- A Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho, que aprovou o Código de Contas;
- A Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, que aprovou os modelos das demonstrações financeiras a apresentar pelas Entidades do Setor Não Lucrativo (“ESNL”);
- O Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (“NCRF-ESNL”).

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto na NCRF-ESNL, as políticas contabilísticas adotadas pelo Sindicato foram as que se seguem:

A) ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e perdas por imparidade. São depreciados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo possa estar em imparidade.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal pelo método das quotas constantes, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a utilização para a finalidade pretendida, sendo a vida económica esperada a seguinte:

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento administrativo	entre 2 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	entre 2 e 8 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas «Outros rendimentos» ou “Outros gastos”.



B) PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As Propriedades de Investimento estão mensuradas ao justo valor, de acordo com as determinações da “NCRF 11 – Propriedades de Investimento”, determinado na base de uma valorização anual efetuada por um avaliador independente, refletindo as condições de mercado à data do balanço.

C) ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas. São amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo possa estar em imparidade.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal pelo método das quotas constantes, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização e para a finalidade pretendida, sendo a vida económica esperada a seguinte:

Ativo intangível	Vida útil estimada
Programas de computador	3 anos

D) PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

As participações financeiras em associadas estão registadas pelo método da equivalência patrimonial, definindo-se como tal as entidades nas quais o Sindicato exerce uma influência significativa e que não são nem subsidiárias nem empreendimentos conjuntos. Para determinação do controlo ou influência significativa são levados em conta os interesses existentes à data tendo em conta potenciais direitos de voto.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada dos investimentos:

- Foi aumentada ou diminuída para reconhecer a parte nos resultados das participadas depois da data da aquisição;
- Foi diminuída pelas distribuições de resultados recebidas;
- Foi aumentada ou diminuída para refletir, por contrapartida de capital próprio, alterações no interesse proporcional do Sindicato nas participadas resultantes de alterações nos capitais próprios destas que não tenham sido reconhecidas nos respetivos resultados.

Na mensuração destes investimentos foram ainda respeitadas as seguintes disposições relativas à aplicação deste método:

- As demonstrações financeiras das participadas já estavam preparadas, ou foram ajustadas extra contabilisticamente, de forma a refletir as mesmas políticas contabilísticas do Sindicato antes de poderem ser usadas na determinação dos efeitos da equivalência patrimonial;



- As demonstrações financeiras das participadas usadas na determinação dos efeitos da equivalência patrimonial reportam-se à mesma data das do Sindicato;
- Os resultados provenientes de transações “ascendentes” e “descendentes” entre o Sindicato e as suas associadas são reconhecidos nas demonstrações financeiras do investidor somente na medida em que correspondam aos interesses de outros investidores nessas associadas;
- Quando o valor do investimento fica reduzido a zero, as perdas adicionais são tidas em conta mediante o reconhecimento de um passivo sempre que o Sindicato incorre em obrigações legais ou construtivas. Quando posteriormente as associadas registam lucros, o Sindicato retoma o seu reconhecimento apenas após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

O Sindicato utiliza o modelo do justo valor para valorizar as participações financeiras em entidades cujos títulos são negociados publicamente e que não sejam subsidiárias, associadas nem empreendimentos conjuntos. As variações ocorridas no justo valor destas participações são reconhecidas em resultados.

O Sindicato utiliza o modelo do custo (que inclui custos de transação), líquido de perdas por imparidade, para participações financeiras em:

- Associadas nas quais não foi possível utilizar o método da equivalência patrimonial por existirem restrições severas e duradouras que prejudicam significativamente a capacidade de transferência de fundos para o Sindicato;
- Outras entidades nas quais não é obrigada a utilizar o método da equivalência patrimonial nem tem condições para determinar o justo valor de forma fiável, designadamente instrumentos de capital próprio em empresas não cotadas.

De acordo com o modelo do custo as participações financeiras são reconhecidas inicialmente pelo seu custo de aquisição, que inclui custos de transação, sendo subsequentemente o seu valor diminuído por perdas por imparidade, sempre que ocorram.

E) IMPARIDADES DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS, INTANGÍVEIS E INVESTIMENTOS FINANCEIROS

O Sindicato avalia a imparidade destes ativos no final do ano sempre que existam indícios de que os mesmos possam estar em imparidade.

Sempre que existiu uma evidência objetiva de imparidade, o Sindicato reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados. Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações, tendo em conta o tipo de ativos que o sindicato possui:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence e planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Significativa dificuldade financeira do emitente;



- O desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras do devedor.

Os movimentos relativos a estas imparidades são registados na Demonstração dos Resultados por Naturezas na rubrica de “Outras imparidades (perdas/reversões)”.

F) IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Relativamente ao cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, o mesmo é apurado de acordo com a matéria coletável estimada, tendo em conta os rendimentos comerciais, prediais e de capitais sujeitos.

O Sindicato não exerce a título principal uma atividade comercial, industrial ou agrícola, pelo que as receitas provenientes da atividade sindical não estão sujeitas a tributação em IRC.

G) ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica inclui outros instrumentos financeiros detidos para negociação e são mensurados ao justo valor. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração do justo valor são reconhecidos nos resultados do período.

Um ativo financeiro está classificado como detido para negociação se for:

- Adquirido ou incorrido principalmente com a finalidade de venda ou de recompra num prazo muito curto;
- Parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados, que são geridos em conjunto e para os quais existe evidência de um modelo real recente de tomada de lucros a curto prazo;
- Um derivado (exceto no caso de um derivado que seja um instrumento de cobertura designado e eficaz).

H) OUTROS ATIVOS FINANCEIROS (NÃO MENCIONADOS ANTERIORMENTE)

Os outros ativos financeiros não incluídos nas alíneas anteriores podem classificar-se como segue:

- Empréstimos e créditos a receber;
- Investimentos detidos até à maturidade;
- Ativos financeiros disponíveis para venda.

No Sindicato estão registados apenas ativos classificados como “Empréstimos e contas a receber”.

Incluem-se nesta classificação os seguintes saldos:

- Clientes;
- Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros; e



- Outros créditos a receber.

Estes saldos estão mensurados, aquando do reconhecimento, de acordo com os critérios de mensuração de “Contribuições e quotizações” descritos na alínea L). Subsequentemente são mensuradas ao custo, líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

Incluem-se igualmente nesta classificação de ativos financeiros os Adiantamentos a fornecedores os quais são inicialmente mensurados ao justo valor e subsequentemente ao custo, deduzido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano, o Sindicato avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existia uma evidência objetiva de imparidade, o Sindicato reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro pode estar em imparidade tem em conta dados observáveis que chamem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira.

Os movimentos relativos a estas imparidades são registados na Demonstração dos Resultados por Naturezas na rubrica de “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”.

No final do exercício estes saldos representam o respetivo valor realizável líquido.

I) CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes incluídos na rubrica caixa e depósitos bancários correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

J) FUNDOS PATRIMONIAIS

Em Reservas temos os seguintes itens:

- Reserva legal
- Reserva especial de greve
- Reserva Fundo Complementar de Saúde
- Reserva para garantia de benefícios
- Reserva Fundação Social Bancária

Em Resultados transitados estão acumulados os resultados registados em períodos anteriores.

Em Ajustamentos em ativos financeiros estão reconhecidos os ajustamentos de MEP referente às entidades onde o Sindicato detém uma participação financeira.

V m



K) PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a sua substância contratual, independentemente da forma legal que assumam, e podem classificar-se como segue:

- Passivos financeiros valorizados pelo justo valor através de resultados;
- Empréstimos bancários;
- Dívidas a pagar.

No Sindicato estão registados apenas passivos classificados como “Empréstimos bancários” e “Dívidas a pagar”.

Os Empréstimos bancários são valorizados pelo seu custo. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e reconhecidos na Demonstração dos Resultados por Naturezas na rubrica de “Juros e gastos similares suportados”, de acordo com o princípio de especialização dos exercícios.

Em dívidas a pagar incluem-se os seguintes saldos:

- Fornecedores;
- Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros; e
- Outras dívidas a pagar.

Estes saldos são inicialmente reconhecidos pelo seu valor nominal, que se entende corresponder ao seu justo valor e, subsequentemente, são registados ao custo.

L) CONTRIBUIÇÕES E QUOTIZAÇÕES

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços e outros réditos são reconhecidos pelo justo valor do montante a receber desde que todas as condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados;
- É provável que os benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o regime do acréscimo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

M) ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do



balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados significativos.

N) JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADA A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As estimativas mais relevantes a 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão associadas a:

- Determinação do justo valor;
- Determinação de perdas por imparidade de ativos financeiros e não financeiros.

4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

No decurso do exercício de 2018 o Sindicato efetuou um investimento num sistema de integração automática de faturação, através da parceria com uma entidade externa, Generix, com o objetivo de uma maior eficiência e rapidez na validação e integração da faturação emitida pelos fornecedores no que respeita a despesas com saúde dos seus associados.

Durante o exercício de 2019, detetou-se a falta de integração no sistema do Sindicato de um conjunto de faturas que respeitavam a exercícios anteriores, no montante de 2,2 Milhões de Euros, tendo-se procedido ao seu ajustamento com efeitos retrospectivos, efetuando-se uma reexpressão do resultado líquido de 2018 no montante acima referido. Os movimentos efetuados foram os seguintes:



	31-12-2018 (aprovado)	Aumentos	Reduções	31-12-2018 Reexpresso
Ativo não corrente	34 267 241,69			34 267 241,69
Ativo corrente	17 427 791,38			17 427 791,38
Total do ativo	51 695 033,07	0,00	0,00	51 695 033,07
Reservas	24 118 195,13			24 118 195,13
Resultados transitados	4 976 376,00			4 976 376,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	-338 002,04			-338 002,04
Resultado líquido do período	2 200 344,51		-2 184 952,20	15 392,31
Total do fundo de capital	30 956 913,60	0,00	-2 184 952,20	28 771 961,40
Passivo não corrente	880 126,68			880 126,68
Passivo corrente	19 857 992,79	2 184 952,20		22 042 944,99
Total do passivo	20 738 119,47	2 184 952,20	0,00	22 923 071,67
Total do fundo de capital e passivo	51 695 033,07	2 184 952,20	-2 184 952,20	51 695 033,07

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis durante o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 foram os seguintes:

	Saldo 01-01-2019	Aquisições / Dotações	Transferências (Nota 6)	Abates	Imparidades (Nota 24)	Saldo 31-12-2019
Ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	1 212 217,49	8 608,36	23 603,76			1 244 429,61
Edifícios e outras construções	5 062 066,97	25 825,10	108 418,26			5 196 310,33
Obras e benfeitorias em edifícios	364 832,30	127 324,21				492 156,51
Equipamento básico	1 764 200,82					1 764 200,82
Equipamento administrativo	1 975 139,10	64 010,16		-4 047,60		2 035 101,66
Outros ativos fixos tangíveis	153 823,23					153 823,23
	10 532 279,91	225 767,83	132 022,02	-4 047,60		10 886 022,16
Depreciações e perdas por imparidade						
Terrenos e recursos naturais	54 070,19					54 070,19
Edifícios e outras construções	1 621 887,46	99 902,96			-6 048,37	1 715 742,05
Obras e benfeitorias em edifícios		64 205,34				64 205,34
Equipamento básico	1 306 459,94	84 762,98				1 391 222,92
Equipamento administrativo	1 639 960,16	88 332,66		-4 047,60		1 724 245,22
Outros ativos fixos tangíveis	122 705,45	105 989,05				228 694,50
	4 745 083,20	443 192,99		-4 047,60	-6 048,37	5 178 180,22
Valor Líquido	5 787 196,71					5 707 841,94

Handwritten signatures and initials in blue ink.



	Saldo 01-01-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Imparidades (Nota 24)	Saldo 31-12-2018
Ativos fixos tangíveis					
Terrenos e recursos naturais	1 212 217,49				1 212 217,49
Edifícios e outras construções	5 062 066,97				5 062 066,97
Obras e benfeitorias em edifícios		364 832,30			364 832,30
Equipamento básico	1 764 200,82				1 764 200,82
Equipamento administrativo	1 817 930,74	157 208,36			1 975 139,10
Outros ativos fixos tangíveis	150 761,76	3 061,47			153 823,23
	10 007 177,78	525 102,13			10 532 279,91
Depreciações e perdas por imparidade					
Terrenos e recursos naturais	152 958,19			-98 888,00	54 070,19
Edifícios e outras construções	1 826 487,63	92 063,87		-296 664,04	1 621 887,46
Equipamento básico	1 080 528,06	225 931,88			1 306 459,94
Equipamento administrativo	1 530 515,45	109 444,71			1 639 960,16
Outros ativos fixos tangíveis	116 296,06	6 409,39			122 705,45
	4 706 785,39	433 849,85		-395 552,04	4 745 083,20
Valor Líquido	5 300 392,39				5 787 196,71

Em 2019, terminado o arrendamento do imóvel sito em Coimbra e, não havendo intenção de novo arrendamento, uma vez que passará a ser utilizado na atividade do Sindicato, o imóvel foi transferido de Propriedades de Investimento para ativos fixos tangíveis.

6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Os movimentos ocorridos nas propriedades de investimento durante o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 foram os seguintes:

	Saldo 01-01-2019	Aquisições / Dotações	Transferências (Nota 5)	Justo Valor (Nota 25)	Saldo 31-12-2019
Propriedades de investimento					
Libervita Alcabideche	15 170 000,00				15 170 000,00
Libervita Porto Santo	8 296 000,00				8 296 000,00
Libervita Porto - Campanhã	2 405 374,00			477 433,00	2 882 807,00
Loja R. Pedro Nunes, 23-C (letra A)	241 413,26			18 777,74	260 191,00
Loja R. Latino Coelho, 31 (letra B)	362 542,52			25 788,48	388 331,00
Escritório Coimbra, Piso 1-C	132 022,02		-132 022,02		
	26 607 351,80		-132 022,02	521 999,22	26 997 329,00



	Saldo 01-01-2018	Aquisições / Dotações	Transferências	Justo Valor (Nota 25)	Saldo 31-12-2018
Propriedades de investimento					
Libervita Alcabideche	15 170 000,00				15 170 000,00
Libervita Porto Santo	8 296 000,00				8 296 000,00
Libervita Porto - Campanhã	2 405 374,00				2 405 374,00
Loja R. Pedro Nunes, 23-C (letra A)	241 413,26				241 413,26
Loja R. Latino Coelho, 31 (letra B)	362 542,52				362 542,52
Escritório Coimbra, Piso 1-C	132 022,02				132 022,02
	26 607 351,80				26 607 351,80

As propriedades de investimento foram avaliadas em 2019, tendo resultado na sua valorização, no valor total de 521.999,22€.

Conforme referido na nota anterior, o imóvel sito em Coimbra foi transferido para ativos fixos tangíveis.

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis durante o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 foram os seguintes:

	Saldo 01-01-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo 31-12-2019
Ativos intangíveis					
Programas de computador	3 771 955,17	360 155,56			4 132 110,73
Propriedade industrial	396 865,46				396 865,46
	4 168 820,63	360 155,56			4 528 976,19
Depreciações e perdas por imparidade					
Programas de computador	3 451 638,10	200 895,79			3 652 533,89
Propriedade industrial	21 341,24	7 937,31			29 278,55
	3 472 979,34	208 833,10			3 681 812,44
Valor Líquido	695 841,29				847 163,75



	Saldo 01-01-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo 31-12-2018
Ativos intangíveis					
Programas de computador	3 581 825,50	192 038,67	-1 909,00		3 771 955,17
Propriedade industrial	64 339,67	332 525,79			396 865,46
	3 646 165,17	524 564,46	-1 909,00		4 168 820,63
Depreciações e perdas por imparidade					
Programas de computador	3 211 983,89	241 138,83	-1 484,62		3 451 638,10
Propriedade industrial	13 403,93	7 937,31			21 341,24
	3 225 387,82	249 076,14	-1 484,62		3 472 979,34
Valor Líquido	420 777,35				695 841,29

8. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o Sindicato detinha os seguintes investimentos financeiros:

	31-12-2019	31-12-2018
Investimentos noutras empresas		
Dossier Novo Banco		
Ações:		
B. Internacional Funchal	43 863,41	43 863,41
Banco Espírito Santo	611 503,85	611 503,85
	655 367,26	655 367,26
Dossier BPG		
Ações:		
B. Português de Gestão	436 520,00	436 520,00
Dossier BANIF		
Ações:		
B. Internacional Funchal	12 274,96	12 274,96
Obrigações:		
Banif 2009-2019	600 000,00	600 000,00
	612 274,96	612 274,96

(continua)



(continuação)

	31-12-2019	31-12-2018
Outros		
Ações:		
SGF - S. Gest. Fundos Pensões	140 918,70	
Fundos:		
InovCapital Universitas (F.Capital Risco)	265 312,98	265 312,98
	406 231,68	265 312,98
Total dos investimentos noutras empresas	2 110 393,90	1 969 475,20
Fundo de Compensação do Trabalho	5 206,22	3 365,37
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 24)		
Participações de capital		
Banco Espírito Santo	-611 503,85	-611 503,85
B. Internacional Funchal	-56 138,37	-56 138,37
B. Português de Gestão	-374 211,60	-346 356,08
Obrigações		
Banif 2009-2019	-600 000,00	-600 000,00
	-1 641 853,82	-1 613 998,30
Total dos investimentos financeiros	473 746,30	358 842,27

O aumento dos investimentos financeiros resulta da venda de 135.000 ações da "SGF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.", resultando numa diminuição da percentagem detida pelo Sindicato, pelo que este ativo foi transferido dos investimentos em associadas.

	31-12-2019	31-12-2018
Investimentos em associadas		
Ações/Quotas:		
SGF - S. Gest. Fundos Pensões		415 919,77
Mediação Independente de Seguros, Lda	10 474,08	8 170,79

(continua)



(continuação)

	31-12-2019	31-12-2018
Teorias Rotativas - SGPS, Lda	467 374,49	381 460,32
	477 848,57	805 550,88
Prestações suplementares:		
Mediação Independente de Seguros, Lda	15 970,78	12 458,74
Total dos investimentos financeiros em associadas	493 819,35	818 009,62

Os movimentos ocorridos nos investimentos em associadas ao MEP apresentam o seguinte detalhe:

	MIS	Teorias Rotativas	SGF	Total
Saldo a 01.01.2018	51 630,49		501 835,81	553 466,30
Redução de participação				
Aumento de participação		297 000,00		297 000,00
Outras variações	-12 695,00			-12 695,00
Prestações suplementares	-18 722,34			-18 722,34
Resultado líquido do período	416,38	84 460,32	-85 916,04	-1 039,34
Saldo a 31.12.2018	20 629,53	381 460,32	415 919,77	818 009,62
Redução de participação			-275 001,07	-275 001,07
Aumento de participação				
Outras variações			-140 918,70	-140 918,70
Prestações suplementares				
Resultado líquido do período	5 815,33	85 914,17		91 729,50
Saldo a 31.12.2019	26 444,86	467 374,49		493 819,35

Os movimentos acima resultam da aplicação da percentagem de participação do Sindicato aos capitais próprios e resultados do exercício das associadas.

A posição do Ativo, Passivo e Capital Próprio das associadas, a 31 de dezembro de 2019, é o seguinte:

b
m



	MIS	Teorias Rotativas
Ativo		
Ativo não corrente	10 500,00	302 130,05
Ativo corrente	25 769,20	170 780,39
Total do Ativo	36 269,20	472 910,44
Capital Próprio		
Capital	100 000,00	300 000,00
Reservas	21,03	85 313,45
Outros instrumentos de capital próprio	31 181,08	
Resultados transitados	-110 364,20	
	20 837,91	385 313,45
Resultado líquido do período	5 874,07	86 781,99
Total do Capital Próprio	26 711,98	472 095,44
Passivo		
Passivo não corrente		
Passivo corrente	9 557,22	815,00
Total do Passivo	9 557,22	815,00

9. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, esta rubrica encontra-se desagregada da seguinte forma:

	31-12-2019	31-12-2018
Sócios - Empréstimos SAMS	1 757 097,43	1 391 581,03
Sócios - Empréstimos FCS	59 858,90	101 991,73
Sócios - Empréstimos Turismo	4 947,56	4 947,56
Sócios - Empréstimos Sindicato	53 814,97	63 508,03
	1 875 718,86	1 562 028,35
Diversos	10 085,45	1 881,42
Sócios - Contencioso	16 177,01	16 259,21
Sócios - Acerto ATZ'z	14 336,48	14 537,34

(continua)



(continuação)

	31-12-2019	31-12-2018
Sócios - Cartão SAMS/Utente	7 915,00	4 970,00
Clientes - débito direto	1 723,91	
	50 237,85	37 647,97
	1 925 956,71	1 599 676,32
Perdas por imparidades acumuladas (Nota 24)		
Sócios - Empréstimos SAMS	-317 401,19	-298 804,11
Sócios - Empréstimos FCS	-12 035,81	-12 657,71
Sócios - Empréstimos TURISMO	-4 947,56	-4 947,56
Sócios - Empréstimos SINDICATO	-17 035,99	-7 449,23
Utentes - Outros	-34 567,42	-29 550,82
	-385 987,97	-353 409,43
	1 539 968,74	1 246 266,89

O aumento do número de sócios (como se pode verificar na nota 20, pelo aumento das contribuições/quotizações) implica uma maior utilização dos cuidados de saúde nas entidades protocoladas, com os consequentes encontros de contas, dos quais resulta um aumento dos valores que ficam a cargo dos sócios.

10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, esta rubrica discrimina-se da seguinte forma:

	31-12-2019	31-12-2018
Imposto s/ o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	54 131,32	71 522,14
Imposto s/ o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	57 907,23	63 511,83
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	20 334,49	18 746,66
Segurança Social	78 183,48	78 854,03
Outras tributações	186,62	121,83
	210 743,14	232 756,49

A rubrica IRC a pagar refere-se à tributação relativa à atividade não sindical e que, por isso, não está isenta de tributação em IRC.

D
W



11. FUNDADORES / BENEMÉRITOS / PATROCINADORES / DOADORES / ASSOCIADOS / MEMBROS

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, esta rubrica apresenta os seguintes saldos:

	31-12-2019	31-12-2018
ATIVO		
Contribuições / quotizações / fundo de pensões		
Contribuições	2 684 922,46	2 510 421,60
Quotizações	351 615,19	340 235,26
F.C.S.	167 900,96	163 668,66
Fundo de Pensões	388,42	385,36
Beneficiários c/ + 25 anos	13 550,24	10 400,00
	3 218 377,27	3 025 110,88
Sócios - participações / subsídios		
SAMS - 3ª Idade		
SAMS - Ensino especial	275,40	275,40
	275,40	275,40
Utilizadores GALP-Frota		
Valores a receber	14 135,82	14 769,42
Sócios - diversos		
Outros movimentos - a receber	135,50	135,50
Perdas por imparidade acumuladas		
	-14 135,82	-14 769,42
	3 218 788,17	3 025 521,78

Nestas rubricas encontram-se registados essencialmente os valores a receber dos associados/membros referentes às contribuições/quotizações.

	31-12-2019	31-12-2018
PASSIVO		
Sócios - participações / subsídios		
Participações SAMS/FCS	69 234,94	100 499,64

(continua)



(continuação)

	31-12-2019	31-12-2018
SAMS - 3ª Idade	14 897,88	8 913,56
FCS - Subsídio Infantil	6 324,23	3 844,89
SAMS - Subsídio de Invalidez	214,06	312,50
FCS - Subsídio Cheque Parto	1 930,00	2 800,00
	92 601,11	116 370,59

12. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Esta rubrica tem, em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a seguinte decomposição:

	31-12-2019		31-12-2018	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Pessoal				
Adiantamentos ao pessoal	29 294,78		30 691,90	
Outras operações c/ o pessoal			162,44	
	29 294,78		30 854,34	
Devedores por acréscimos de rendimentos				
Juros a receber			4 826,82	
Rappel BP	3 906,55			
	3 906,55		4 826,82	
Encontros de contas				
Faturação de Saúde	6 150 754,69		4 758 129,61	
Intermediários				
Corretores			57,26	
Turismo	2 642,09		2 642,09	
Sócios - utilização GALP-Frota	16 368,41		17 634,09	
	19 010,50		20 333,44	
Diversos				
Golden Actives - SGPS, S.A.		675 000,00		
Outros	152 966,78		152 675,68	
	152 966,78	675 000,00	152 675,68	

(continua)



(continuação)

	31-12-2019		31-12-2018	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
	6 355 933,30	675 000,00	4 966 819,89	
Perdas por imparidades acumuladas (Nota 24)				
Devedores diversos	-119 781,33		-121 047,01	
	6 236 151,97	675 000,00	4 845 772,88	

O valor registado em “Faturação de Saúde” diz respeito a faturas que deram entrada no Sindicato até 31 de dezembro e que estão em conferência, para apuramento do gasto efetivo do Sindicato e correspondente valor de responsabilidade do sócio.

A 31 de dezembro, o gasto a cargo do Sindicato foi estimado, com base na percentagem de participação média do ano (Nota 19).

No ativo não corrente encontram-se registados 675.000€, a receber da “Golden Actives – SGPS, S.A.”. Este valor resulta da venda de 135.000 ações da “SGF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.S.” e, conforme contrato assinado em 17 de janeiro, será pago em doze prestações trimestrais e iguais, sem juros, vencendo a primeira prestação em 10 de janeiro de 2021.

A fim de garantir o integral e bom cumprimento, por parte da “Golden Actives – SGPS, S.A.”, do pagamento do preço decorrente do contrato de compra e venda de ações, foi constituída uma garantia bancária “on first demand”, a favor do Sindicato, no montante acordado para a venda.

13. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, esta rubrica engloba os seguintes saldos:

	31-12-2019	31-12-2018
Gastos a reconhecer		
Aluguer de instalações	5 247,62	7 724,22
Seguros	68 390,87	56 388,82
Contratos de assistência	119 434,94	110 133,20
Aluguer de equipamento	5 889,02	11 571,23
Outros	2 788,90	4 126,28
	201 751,35	189 943,75

(continua)



(continuação)

	31-12-2019	31-12-2018
Rendimentos a reconhecer		
Contribuições	6 503 193,89	5 510 456,82
Exploração do Hotel	50 575,00	50 000,00
Arrendamento de Instalações	3 034,50	3 750,00
	6 556 803,39	5 564 206,82

O valor registado em “Rendimentos a reconhecer – Contribuições” refere-se aos valores recebidos de diversos Bancos, relativos aos Protocolos assinados na sequência de processos de rescisão por mútuo acordo, com a possibilidade de os sócios do Sindicato terem SAMS vitalício, tendo os bancos efetuado o pagamento à cabeça do valor correspondente à sua comparticipação.

Este valor respeita essencialmente às comparticipações do Novo Banco e Oitante, sendo o proveito diferido por 31 anos, com base no cálculo efetuado pela entidade empregadora, correspondente ao somatório das contribuições futuras que o empregador teria de entregar desde a data de cessação do contrato de trabalho até à data do 85º aniversário de nascimento de cada trabalhador elegível.

Igualmente, inclui os valores recebidos relativos às contribuições recebidas de ex-sócios que manifestaram a intenção de permanecerem beneficiários do SAMS/Quadros.

14. ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, estão incluídos nesta rubrica os seguintes saldos:

	31-12-2019	31-12-2018
Negociados na Carnegie		
Ações:		
Growth Value (i)	190 000,00	190 000,00
Negociados na LusoPartners		
Fundos:		
Fundo especial investimento EUR		4 896,17
Negociados no Novo Banco 0055-4810-0271		
Papel Comercial:		
Papel Comercial Rio Forte 34ª Em.	600 000,00	700 000,00

(continua)



(continuação)

	31-12-2019	31-12-2018
Fundos:		
FRC - INQ - Papel Comercial ESI Rio Forte	500,00	500,00
	600 500,00	700 500,00
Negociados no Novo Banco 0073-9576-0000		
Fundos:		
Fundo Investimento Imobiliário (Imosocial)		16 540,00
Negociados na CGD		
Obrigações:		
CGD 2009/2019 Anivers.		747 000,00
Negociados no Millennium BCP		
Ações:		
Millennium BCP	20,28	22,95
Banco BPI		146,40
Banco Santander	373,80	396,85
BBVA	2 502,50	2 316,75
Bankinter	3 927,60	4 195,20
	6 824,18	7 078,15
	797 324,18	1 666 014,32
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 24)		
Ativos financeiros	-690 000,00	-690 000,00
	107 324,18	976 014,32

(i) Corre os seus termos uma ação judicial contra a Carnegie Investimentos, em liquidação, com vista à recuperação do saldo desta conta. Por prudência foi reconhecida uma imparidade sobre o montante total em dívida (190.000€);

Em 2018, foi constituído o Fundo de Recuperação de Créditos “FRC – INQ - Papel Comercial ESI e Rio Forte” com o objetivo de adquirir os créditos detidos pelos participantes em virtude da aquisição do Papel Comercial emitido pela Espírito Santo International, S.A. e pela Rio Forte Investments, S.A., com vista a potenciar a sua recuperação.

Com a adesão a este Fundo, o Sindicato assegurou a recuperação de 50% do capital investido no Papel Comercial Rio Forte 34ª Emissão, pelo que, em 2018, se procedeu à reversão de metade da imparidade existente, no montante de 500.000€ (Nota 24).



De acordo com o contrato de adesão ao fundo, em junho de 2018, o sindicato recebeu uma primeira tranche de 300.000€, tendo recebido a segunda tranche, no valor de 100.000€, em junho deste ano, estando previsto receber a terceira tranche, de igual valor, em 2020.

Conforme estava previsto, a 13 de maio de 2019, ocorreu o vencimento das obrigações subordinadas “CGD 2009-2019 Aniversário”, tendo sido reembolsadas pelo seu valor nominal, no total de 750.000€.

15. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica de “Caixa e depósitos bancários” encontrava-se com os seguintes saldos:

	31-12-2019	31-12-2018
Caixa	2 506,64	8 943,23
Depósitos à Ordem	3 700 100,09	6 220 716,32
Depósitos a Prazo:		
NB 1004 3318 1626 (DP 10 anos capitalizável)		247 809,95
NB 1004 3253 2405 (DP 10 anos capitalizável)		596 713,03
		844 522,98
Conta Cartão	9 905,29	29 722,64
	3 712 512,02	7 103 905,17

Os Depósitos a Prazo acima mencionados foram objeto de mobilização antecipada, no âmbito da adesão ao Programa de Compensação, segundo o qual o Novo Banco permitiu a mobilização antecipada total das mesmas sem qualquer penalização nos juros vincendos e não pagos, recebendo, ainda, uma compensação pelas perdas de rendimentos de capitais.

A compensação recebida pelo Sindicato foi de 170.283,78€ (ver nota 30).



16. FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, as variações ocorridas estão relacionadas com os seguintes eventos:

	Saldo 01-01-2019 reexpresso	Aumentos	Diminuições	Saldo 31-12-2019
Reserva legal	2 622 575,49	220 034,45		2 842 609,94
Reserva especial de greve	8 995 619,64	990 155,03		9 985 774,67
Reserva Fundo Complementar de Saúde	1 800 000,00	110 017,23		1 910 017,23
Reserva para garantia de benefícios	10 000 000,00	880 137,80		10 880 137,80
Fundação Social Bancária	700 000,00			700 000,00
	24 118 195,13	2 200 344,51		26 318 539,64
Resultados transitados	4 976 376,00		-2 184 952,20	2 791 423,80
Ajustamentos em ativos financeiros	-338 002,04			-338 002,04
Resultado líquido do exercício	15 392,31		-1 744 278,02	-1 728 885,71
	28 771 961,40	2 200 344,51	-3 929 230,22	27 043 075,69

	Saldo 01-01-2018	Aumentos	Diminuições	Saldo 31-12-2018	Reexpressão	Saldo 31-12-2018 reexpresso
Reserva legal	2 525 944,97	96 630,52		2 622 575,49		2 622 575,49
Reserva especial de greve	8 125 944,97	869 674,67		8 995 619,64		8 995 619,64
Reserva Fundo Complementar de Saúde	1 800 000,00			1 800 000,00		1 800 000,00
Reserva para garantia de benefícios	10 000 000,00			10 000 000,00		10 000 000,00
Fundação Social Bancária	700 000,00			700 000,00		700 000,00
	23 151 889,94	966 305,19		24 118 195,13		24 118 195,13
Resultados transitados	5 047 912,69		-71 536,69	4 976 376,00		4 976 376,00
Ajustamentos em ativos financeiros	-338 002,04			-338 002,04		-338 002,04
Resultado líquido do exercício	966 305,19	2 200 344,51	-966 305,19	2 200 344,51	-2 184 952,20	15 392,31
	28 828 105,78	3 166 649,70	-1 037 841,88	30 956 913,60	-2 184 952,20	28 771 961,40

Os movimentos registados, em 2019, nos Fundos Patrimoniais respeitam essencialmente à aplicação do disposto na aplicação de resultados do ano de 2018.

17. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, esta rubrica discrimina-se como segue:



	31-12-2019	31-12-2018
Fornecedores de Saúde	7 811 955,62	6 953 151,08
Fornecedores Gerais	152 840,90	313 314,23
Outros	323,60	605,54
	7 965 120,12	7 267 070,85

O valor de "Fornecedores de Saúde" diz respeito a faturas que deram entrada no Sindicato até 31 de dezembro. O prazo médio de pagamento a estes fornecedores é de 90 dias.

18. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, esta rubrica discrimina-se como segue:

	31-12-2019			31-12-2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários (CGD)				167 643,12	880 126,68	1 047 769,80
				167 643,12	880 126,68	1 047 769,80

O valor de empréstimo com a CGD respeita a financiamento para a construção do empreendimento Libervita Alcabideche que se encontra reconhecido como propriedade de investimento.

Em fevereiro de 2019, o Sindicato procedeu à liquidação total do empréstimo contraído junto da CGD, com vista ao financiamento da construção do empreendimento Libervita Alcabideche, que se encontra reconhecido como propriedade de investimento (Nota 6).

19. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, esta rubrica discrimina-se como segue:



	31-12-2019	31-12-2018
Fornecedores de investimentos	384 311,31	449 784,27
Credores por acréscimos de gastos		
Seguros a liquidar		343,54
Remunerações a liquidar	440 072,76	434 908,84
Faturação Saúde	7 495 947,07	7 642 261,38
Outros acréscimos de gastos	3 768,07	1 320,38
	7 939 787,90	8 078 834,14
Intermediários		
Fundo de Pensões / Quadros Bancários	410,42	406,07
Outros	371,75	363,94
	782,17	770,01
Diversos		
Sindicatos		146,86
Outros	68 635,06	163 977,97
	68 635,06	164 124,83
	8 393 516,44	8 693 513,25

A rubrica “Credores por acréscimos de gastos – Faturação Saúde” decompõe-se da seguinte maneira:

	Valor
Previsão de gastos c/ faturas entradas até 31.12	5 356 714,77
Previsão de gastos c/ faturas de 2019 entradas em 2020	2 139 232,30
Total	7 495 947,07

A 31 de dezembro, o gasto a cargo do Sindicato com faturas de 2019 entradas em 2020 foi estimado com base na percentagem de participação média do ano.



20. CONTRIBUIÇÕES E QUOTIZAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os rendimentos relativos a contribuições e quotizações detalham-se como segue:

	31-12-2019	31-12-2018
Contribuições:		
SAMS - Entidade Patronal	35 032 554,54	32 352 504,46
SAMS - Sócio	9 158 812,53	8 553 342,42
Quotizações	5 776 586,22	5 420 508,85
Fundo Complementar de Saúde	2 795 724,96	2 635 147,57
Contribuições Beneficiários (+25 anos)	93 550,00	82 300,00
	52 857 228,25	49 043 803,30

Nas rubricas Contribuições (SAMS Entidade Patronal e SAMS Sócio), Quotizações e Fundo Complementar de Saúde observa-se um aumento de cerca de 7,8%, resultado do esforço empreendido para captação de novos sócios durante o ano.

A evolução do número de sócios, distribuída pelas Delegações do Sindicato, foi a seguinte:

	31-12-2019	31-12-2018	Variação 2019/2018
Lisboa	7 496	6 922	574
Porto	4 449	4 426	23
Setúbal	1 623	1 456	167
Braga	1 492	1 479	13
Faro	1 132	1 103	29
Ribatejo/Oeste	1 037	936	101
Aveiro	958	952	6
Leiria	796	770	26
Viseu	533	515	18
Coimbra	532	522	10
Covilhã	410	391	19
Funchal	269	263	6
Ponta Delgada	215	210	5
	20 942	19 945	997



A rubrica “Contribuições Beneficiários +25 anos” engloba o desconto, por parte dos sócios, de 50 euros mensais, por cada dependente com idade superior a 25 anos (até perfazer 30 anos e que se encontre nas condições definidas no Regulamento do SAMS Quadros), de modo a que estes continuem como beneficiários do SAMS/QUADROS.

21. ATIVIDADE SINDICAL

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os gastos relativos à atividade sindical detalham-se como segue:

	31-12-2019	31-12-2018 reexpresso
Assistência na doença (SAMS)		
Comparticipação - Faturação	25 604 087,01	21 408 906,28
Comparticipação - Direta	13 629 457,27	12 711 297,67
Farmácias	4 579 720,34	4 307 894,18
3ª Idade	151 097,33	134 011,42
Outros	130 606,45	132 015,01
	44 094 968,40	38 694 124,56
Fundo Complementar de Saúde		
Comparticipações	3 203 351,12	2 785 252,32
Subsídios	679 432,00	495 024,00
	3 882 783,12	3 280 276,32
Gastos com a atividade sindical		
Conselho Geral	10 400,00	6 200,00
Eleições	18 046,67	
	28 446,67	6 200,00
	48 006 198,19	41 980 600,88

O aumento desta rubrica pode ser justificado pelo aumento verificado no número de sócios e respetivo agregado familiar, assim como o previsível envelhecimento do universo dos nossos sócios.



22. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição desta rubrica nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, foi a seguinte:

	31-12-2019	31-12-2018
Trabalhos especializados	751 177,87	709 334,40
Honorários	710 315,04	499 345,57
Comunicação	390 591,73	287 177,87
Deslocações e estadas	313 022,24	322 297,76
Rendas e alugueres	275 761,33	238 011,31
Publicidade e propaganda	132 978,53	190 001,29
Atividades desportivas e culturais	109 391,96	109 370,01
Informação aos sócios	104 281,88	61 673,72
Limpeza, higiene e conforto	94 030,98	78 499,33
Serviços bancários	80 860,71	133 157,45
Conservação e reparação	64 202,41	93 706,26
Eletricidade	58 180,57	78 825,39
Despesas de representação	57 290,30	79 696,67
Transportes de pessoal	49 703,00	60 050,10
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	37 704,44	30 867,78
Vigilância e segurança	36 453,52	56 706,33
Seguros	31 227,30	17 362,98
Outros	23 746,09	23 897,92
Despesas de condomínio	18 336,48	16 739,04
Serviços de transportes	15 935,19	9 902,96
Material de escritório	12 299,67	20 940,51
Água	8 887,25	8 321,14
Artigos para oferta	6 680,87	111 175,37
Combustíveis	4 866,03	4 054,39
Contencioso e notariado	4 443,94	4 361,39
Jornais e revistas	2 572,05	7 553,66
	3 394 941,38	3 253 030,60



23. GASTOS COM O PESSOAL

A repartição desta rubrica nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, foi a seguinte:

	31-12-2019	31-12-2018
Remunerações dos órgãos sociais		
Vencimentos	530 100,00	530 100,00
Encargos sobre remunerações	115 347,93	121 513,26
Remunerações do pessoal		
Vencimentos	2 797 610,51	2 641 895,10
	645 447,93	651 613,26
Encargos sobre remunerações	580 435,61	548 305,18
Outros encargos	24 296,91	21 735,99
Outros gastos com o pessoal	162 199,90	137 019,25
	4 209 990,86	4 000 568,78
	4 855 438,79	4 652 182,04

O aumento verificado nos gastos com pessoal resulta, essencialmente do aumento do número de colaboradores, assim como da atualização salarial verificada.

Em 2019 e 2018, a posição dos colaboradores do Sindicato foi a seguinte:

	2019	2018
Contrato Sem Termo	104	105
Contrato Termo Certo	11	6
	115	111
Orgãos Sociais	25	25
	140	136

Observa-se um aumento do número de colaboradores resultante da entrada de 6 novos colaboradores, tendo saído 2.

As atualizações salariais ocorridas em 2019 e 2018 foram as seguintes:



	2019	2018
% aumento	0,75%	1,00%

24. IMPARIDADES

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, esta rubrica desdobra-se da seguinte forma:

	31-12-2019	31-12-2018
Imparidades em dívidas a receber:		
Reforço das perdas por imparidade (Notas 9 e 12)	-33 200,44	
Reversão de perdas por imparidade (Notas 9 e 12)	2 521,18	50 247,05
	-30 679,26	50 247,05
Outras imparidades:		
Reforço das perdas por imparidade		
Em investimentos financeiros (Nota 8)	-27 855,52	-175 426,81
Reversão de perdas por imparidade		
Em ativos fixos tangíveis (Nota 5)		395 552,04
Em instrumentos financeiros (Nota 14)		500 000,00
	-27 855,52	720 125,23

25. AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, esta rubrica desdobra-se da seguinte forma:

	31-12-2019	31-12-2018
Perdas por reduções de justo valor		
Em instrumentos financeiros (Nota 14)	-293,32	-198 521,27

(continua)



(continuação)

	31-12-2019	31-12-2018
Ganhos por aumentos de justo valor		
Em instrumentos financeiros (Nota 14)	185,75	12 000,00
Em propriedades de investimento (Nota 6)	521 999,22	
	522 184,97	12 000,00
	521 891,65	-186 521,27

O aumento desta rubrica resultou da valorização, em 2019, das Propriedades de Investimento (Nota 6).

26. RENDIMENTOS/GASTOS EM SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

A repartição desta rubrica nos períodos de 2019 e 2018, foi a seguinte:

	31-12-2019	31-12-2018
Rendimentos em subsid., associadas e empr. conjuntos		
Aplic. método equivalência patrimonial	91 729,50	84 460,32
Alienações	399 998,93	
	491 728,43	84 460,32
Gastos em subsid., associadas e empr. conjuntos		
Aplic. método equivalência patrimonial		-116 917,00
	491 728,43	-32 456,68

O aumento desta rubrica deve-se, essencialmente, à mais valia obtida com a alienação de 135.000 ações da SGF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

27. OUTROS RENDIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, esta rubrica desdobra-se da seguinte forma:



	31-12-2019	31-12-2018
Exploração do Hotel Libervita Porto Santo	302 012,50	293 750,00
Arrendamento Libervita Alcabideche	225 216,00	56 304,00
Correções relativas a períodos anteriores	102 134,20	66 510,62
Apartamentos turísticos	87 327,12	38 126,03
Emissão Cartão Família / Cartão SAMS	75 332,10	62 426,33
Arrendamento de instalações	39 414,00	45 000,00
Cedência de pessoal	33 061,81	35 119,85
Atividades desportivas e culturais	20 790,50	5 182,49
Cartão BP - Rappel	12 454,84	
Outros	7 967,67	89 070,98
Ganhos em outros instr. financeiros - Alienações	3 000,60	
Ganhos em investimentos não financeiros	800,00	
Dividendos obtidos	329,89	38,88
	909 841,23	691 529,18

O aumento desta rubrica resultou do aumento verificado no arrendamento do Libervita Alcabideche e nos apartamentos turísticos.

O arrendamento do Libervita iniciou-se em outubro de 2018, pelo que, não tendo havido alteração no valor mensal da renda, a diferença resulta de, em 2019, termos recebido 12 meses contra 3 de 2018.

O aumento da oferta, por parte do Sindicato, nos apartamentos turísticos resultou também no aumento das receitas daí resultantes.

28. OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, esta rubrica desdobra-se da seguinte forma:

	31-12-2019	31-12-2018
Quotizações	68 394,00	57 944,00
Correções relativas a períodos anteriores	67 880,59	33 503,17
Impostos	29 971,15	73 966,85

(continua)



(continuação)

	31-12-2019	31-12-2018
Perdas em instr. financeiros - Alienações	9 245,15	
Outros	7 744,13	8 123,87
Juros suportados (outros)	258,02	495,38
Donativos	50,00	5 250,00
	183 543,04	179 283,27

29. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, esta rubrica desdobra-se da seguinte forma:

	31-12-2019	31-12-2018
Depreciações de ativos fixos tangíveis (Nota 5)	458 506,63	434 913,62
Amortizações de ativos intangíveis (Nota 7)	208 833,10	249 076,14
	667 339,73	683 989,76

30. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, esta rubrica desdobra-se da seguinte forma:

	31-12-2019	31-12-2018
Rendimentos de Fundos		45 285,01
Compensação p/ perdas de rendimentos capitais	170 283,78	
Juros de depósitos	2 202,86	35 402,58
Juros de outras aplicações	11 167,50	11 610,09
	183 654,14	92 297,68

A rubrica "Compensação p/ perdas de rendimentos capitais" refere-se à compensação recebida do Novo Banco, resultante da adesão ao Programa de Compensação, segundo o qual o Novo Banco permitiu a mobilização antecipada total dos Depósitos a Prazo (ver Nota 15).



31. JUROS E GASTOS SIMILARES

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, esta rubrica desdobra-se da seguinte forma:

	31-12-2019	31-12-2018
Juros de financiamentos obtidos	5 897,84	145 738,33
	5 897,84	145 738,33

A diminuição verificada nesta rubrica resulta do facto de, como já referido anteriormente, em fevereiro de 2019, o Sindicato ter procedido à liquidação total do financiamento que tinha na CGD (Nota 18).

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Direção está a avaliar os impactos económico-financeiros que o Covid-19 possa ter nas demonstrações financeiras e projeções do Sindicato. Tendo em conta os factos decorridos até ao momento, não estimamos que os impactos possam colocar em causa a continuidade das operações do Sindicato.

À data de reporte, não existem quaisquer outros eventos subsequentes que possam afetar as demonstrações financeiras do Sindicato em referência a 31 de dezembro de 2019.

33. GARANTIAS E PROCESSOS JUDICIAIS

Garantias prestadas

A 31 de dezembro de 2019, o Sindicato possui uma garantia junto do Novo Banco, no valor global de 3.750€.

Processos Judiciais

O Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários, com referência à data de 31 de dezembro de 2019, não tem litígios judiciais pendentes.



O Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários,

A Direção

Luís Cardoso Botelho

O Contabilista Certificado

Isabel Maria Barata Oliveira

Paulo Alexandre Gonçalves Marcos